

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

FERNANDO BATISTA DE CAMPOS

**O EVANGELHO E A IGREJA E DO CONFLITO À COMUNHÃO: PERSPECTIVAS
ECUMÊNICAS E INTERTEXTUALIDADE NOS DOCUMENTOS DA COMISSÃO
MISTA INTERNACIONAL CATÓLICO ROMANA/EVANGÉLICO LUTERANA**

São Leopoldo
2019

FERNANDO BATISTA DE CAMPOS

**O EVANGELHO E A IGREJA E DO CONFLITO À COMUNHÃO:
PERSPECTIVAS ECUMÊNICAS E INTERTEXTUALIDADE NOS
DOCUMENTOS DA COMISSÃO MISTA INTERNACIONAL CATÓLICO
ROMANA/EVANGÉLICO LUTERANA**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Atuação: Leitura e Ensino da
Bíblia

Orientador: Rudolf von Sinner

São Leopoldo

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198e Campos, Fernando Batista de
O evangelho e a igreja e do conflito à comunhão:
perspectivas ecumênicas e intertextualidade nos
documentos da Comissão Mista Internacional Católico
Romana/Evangélico Luterana/ Fernando Batista de Campos;
orientador Rudolf von Sinner. – São Leopoldo : EST/PPG,
2019.
93 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa
de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2019.

1. Movimento Ecumênico. 2. Diálogo – Aspectos
religiosos – Cristianismo. 3. Ecumenismo. 4. Religiões –
Relações. 5. Hermenêutica. I. Sinner, Rudolf Eduard von,
1967- . II. Título.

FERNANDO BATISTA DE CAMPOS

**O EVANGELHO E A IGREJA E DO CONFLITO À COMUNHÃO:
PERSPECTIVAS ECUMÊNICAS E INTERTEXTUALIDADE NOS
DOCUMENTOS DA COMISSÃO MISTA INTERNACIONAL CATÓLICO
ROMANA/EVANGÉLICO LUTERANA**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Atuação: Leitura e Ensino da
Bíblia

Data de aprovação:

Rudolf von Sinner – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Flávio Schmitt – Doutor em Ciências da Religião – Faculdades EST

Érico João Hammes – Doutor em Teologia – PUCRS

*Dedico à diversidade reconciliada,
à Unidade que nos leva ao Trino Deus.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha mãe, Faustina, grande teóloga do Ecumenismo prático e grande biblista sem quase saber ler. Aos meus irmãos:

Eduardo: Igreja Batista

Claudio: Católico

Lauro: Pastor da Igreja Adventista do Sétimo dia

Roseli: Católica

Meire: Presbiteriana do Brasil

Adriana: Católica

Alexandre: Adventista do Sétimo Dia

Fernando (eu) Padre da Igreja Católica Romana

Thalita: Católica

Agradeço pela Unidade que vem de Deus, ao meu Bispo Dom Arnaldo Carvalheiro Neto, pela nossa ousadia, e a Adveniat, pelo apoio moral e econômico, aos meus amigos de turma pela paciência, a Rosaly e a mim mesmo.

Meu muito obrigado!

Somos todos irmãos da lua
Moramos na mesma rua
Bebemos no mesmo copo
A mesma bebida crua
O caminho já não é novo
Por ele é que passa o povo
Farinha do mesmo saco
Galinha do mesmo ovo
Mas nada é melhor, que a água
A terra é a mãe de todos
O ar é que toca o homem
E o homem maneja o fogo
E o homem possui a fala
E a fala edifica o canto
E o canto repousa a alma
Da alma depende a calma
E a calma é irmã do simples
E o simples resolve tudo
Mas tudo na vida às vezes
Consiste em não se ter nada.

Renato Teixeira
(Interpretada com primor por
Jessé)

RESUMO

Os documentos produzidos pelo Movimento Ecumênico colaboraram para o diálogo entre as mais diferentes igrejas no mundo inteiro. Diz-se que o movimento ecumênico veio dialogar com o mundo da modernidade cultural introduzindo novos elementos no fazer teológico. Com o Concílio Vaticano II e seu decreto *Unitatis Redintegratio*, bem como as comissões bilaterais, isto se torna mais evidente. Ao longo de cinquenta anos da Comissão Mista Internacional Católico Romana/Evangélico Luterana surgiram muitos documentos. O primeiro foi o “Relatório de Malta” e o mais recente é o relatório “Do conflito à comunhão” que são objetos de análise neste Trabalho Final. O tema é oportuno diante da celebração dos quinhentos anos da Reforma Protestante em 2017 e dos cinquenta anos da Comissão Internacional Católico/Luterana. O objetivo deste Trabalho Final é compreender e promover o diálogo ecumênico por meio do uso de ferramentas metodológicas, sendo uma delas a intertextualidade, uma vez que pode ser praticada não apenas em textos bíblicos, mas também em estudos de documentos ecumênicos. A análise demonstra que o Evangelho, nas diferentes aplicações do discurso ecumênico e teológico, é o centro para todos os cristãos. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental, dividida em capítulos : introdução do tema, o método da intertextualidade, o diálogo entre a Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial, a análise dos documentos supracitados, seguido de conclusão. Em suma, a inserção da intertextualidade como instrumento analítico faz com que as reflexões de textos de teologia ecumênica sejam compreendidas e aplicadas com maior assertividade, compreensíveis e úteis às comunidades eclesiais.

Palavras-chave: Intertextualidade. Comissão Mista Internacional Católico Romana /Evangélico Luterana. Ecumenismo. Hermenêutica Ecumênica.

ABSTRACT

The documents produced by the Ecumenical Movement collaborated toward the dialog among a great variety of churches in the whole world. It is said that the ecumenical movement came to dialog with the world of cultural modernity introducing new elements in theological action. With the II Vatican Council and its decree *Unitatis Redintegratio*, as well as the bilateral commissions, this becomes even more evident. Throughout the fifty years of the International Roman Catholic/Evangelical Lutheran Mixed Commission, many documents have emerged. The first was the “Malta Report” and the most recent is the “From conflict to communion” report which are the objects for analysis of this Final Paper. The theme is timely considering the celebration of the five hundred years of the Protestant Reformation in 2017 and of the fifty years of the International Catholic/Lutheran Commission. The goal of this Final Paper is to understand and promote ecumenical dialog, through the use of methodological tools, one of them being intertextuality, since it can be practiced not only with biblical texts but also with studies of ecumenical documents. The analysis demonstrates that the Gospel, in the different applications of ecumenical and theological discourse, is the center for all the Christians. The methodology used is bibliographic and documental. The work is divided into chapters: introduction to the theme, the method of intertextuality, the dialog between the Catholic Church and the Lutheran World Federation, the analysis of the above-mentioned documents, followed by the conclusion. In sum, the insertion of intertextuality as an analytical instrument propitiates that the reflections on ecumenical theological texts be comprehended and applied with more assertiveness, being understandable and useful for the ecclesial communities.

Keywords: Intertextuality. International Roman Catholic/Evangelical Lutheran Mixed Commission. Ecumenism. Ecumenical Hermeneutics.

|

LISTA DE ABREVIATURAS

CLAI	Conselho Latino Americano de Igrejas
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CMICL	Comissão Mista Internacional Católico Romana e Evangélica Luterana
CMNCL	Comissão Mista Nacional Católico Romana-Evangélica Luterana
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
DCAC	Do Conflito à Comunhão (2017)
DCSDJ	Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação (1999)
DPNE	Diretório sobre Aplicação de Normas e Princípios sobre o Ecumenismo (1993)
EI	O Evangelho e a Igreja (ano)
FLM	Federação Luterana Mundial
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
PCPUC	Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos
TFMP	Trabalho Final de Mestrado Profissional
UR	Decreto Unitatis Redintegratio do Concílio Vaticano II (1964)

INDÍCE DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos de dialogismo.....	27
Quadro 2: Elementos da UR.....	44
Quadro 3: Facetas do Diálogo.....	47
Quadro 4: Estrutura do documento.....	54
Quadro 5: Comparativo: Intertextualização de temas capitulares.....	66
Quadro 6: Intertextualização implícita de textos.....	67
Quadro 7: Intertextualização explícita de textos.....	68
Quadro 8: Conclusão da Estruturação Global.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O MÉTODO DA INTERTEXTUALIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DE TEXTOS ECUMÊNICOS	20
2.1 Esperança e necessidade de uma hermenêutica ecumênica	20
2.1.1 <i>Objeto de estudo</i>	21
2.1.2 <i>Hermenêutica espiritual</i>	22
2.1.3 <i>Hermenêutica Ecumênica</i>	23
2.2 Bakhtin	26
2.2.1 <i>Dialogismo, Polifonia e Ambivalência</i>	26
2.3 Kristeva	28
2.3.1 <i>Intertextualidade</i>	29
3 DIÁLOGO ECUMÊNICO ENTRE AS IGREJAS CATÓLICA ROMANA E A FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL	36
3.1 Concílio Vaticano II	36
3.2 Conselho Mundial de Igrejas e a Federação Luterana Mundial	37
3.3 Situação do diálogo mundial Católico-Luterano- 50 anos de história	39
3.4 Comissões Bilaterais	40
3.4.1 <i>Comissão Mista Católico Romana e Evangélica Luterana</i>	40
3.4.2 <i>Pontifício Conselho Para a Promoção da Unidade dos Cristãos</i>	41
3.5 Abordagens do conceito ‘ecumenismo’	41
3.5.1 <i>A ICAR no ecumenismo: Unitatis Redintegratio</i>	42
3.5.2 <i>Ecumenismo como diversidade reconciliada</i>	44
3.6 Diálogo, Recepção e Consenso	46
3.7 Documentos oficiais da Comissão Mista Internacional Católica Romana e Evangélica Luterana	48
3.7.1 <i>Primeira fase do diálogo: 1967-1972</i>	48

3.7.2 Segunda fase do diálogo: 1973-1984.....	48
3.7.3 Terceira fase do diálogo: 1986 – 1993.....	50
3.7.4 Quarta fase do diálogo: 1995-2006.....	50
3.7.5 A partir de 2007.....	51
4 O EVANGELHO E A IGREJA E DO CONFLITO À COMUNHÃO, CAMINHOS PARA UMA HERMENÊUTICA ECUMÊNICA.....	53
4.1 Uma Introdução	53
4.2 O Evangelho e a Igreja	54
4.3 Relatório do Conflito à Comunhão	57
4.4 Os Cinco Imperativos Ecumênicos	63
5 INTRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	66
5.1 Intertextualização de textos.....	67
5.2 Estruturação Global.....	70
6 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXO I.....	79
ANEXO II.....	81
ANEXO III.....	84
ANEXO IV.....	90

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de relacionar os documentos da Comissão Mista Internacional Católica Romana / Evangélica Luterana (CMICL): *O Evangelho e a Igreja (EI)* de 1967 e o relatório *Do Conflito à Comunhão (DCAC)* de 2017. Procura, pela intertextualidade, as semelhanças no discurso entre os textos e ressaltar que a mesma deve estar presente em todo estudo teológico, especialmente no movimento ecumênico, que exige uma dinâmica de ideias diferentes postas nos textos, pois, todo ser humano utiliza uma forma de comunicação verbal, gestual, que gera novos diálogos e códigos linguísticos que se permeiam e se reestruturam através da oralidade formando a escrita, o texto.

Usar da linguagem é transmitir mensagens ou informações. Todos os seres vivos têm essa capacidade; de fato, o funcionamento das sociedades, animais ou humanas, só é possível quando seus membros se comunicam entre si. Essa comunicação pode ocorrer de diversas formas: gestos, sinais de fumaça, enfeites corporais, fala, escrita etc.

Na espécie humana, a comunicação gestual precedeu a comunicação oral; o sistema de expressão de emoções foi decisivo para a evolução da humanidade e continua indispensável para o desenvolvimento pessoal. Entre os possíveis sistemas humanos de comunicação, a língua ocupa um lugar primordial na transmissão de informação.

Em geral, dá-se o nome de linguagem aos diferentes recursos que os grupos sociais usam para comunicar-se. Estes tipos de linguagens, constituídos por diversos signos que funcionam na vida social, são denominados com maior precisão de sistemas semiológicos. Semiologia é a ciência que estuda e analisa as linguagens.

Bakhtin e Kristeva dedicam-se à análise dos fatos significativos; neste sentido, a semiótica também inclui as pesquisas sobre os indícios de outros signos ou sinais sem a intenção de comunicar, é a ciência do discurso e da significação.

Os elementos da comunicação humana interferem em muitos requisitos: um emissor que é uma pessoa – ou um conjunto delas – que transmite uma ou várias informações – um canal, que é o meio pelo qual a mensagem circula do emissor ao receptor.

Em se tratando do estudo da Bíblia como literatura, divisamos dois grupos: no primeiro estão teólogos e biblistas que utilizam a teoria literária em uma visão técnica ou mais popular, para a análise de textos bíblicos. No outro grupo estão os críticos literários que fazem incursões pela literatura bíblica utilizando seus instrumentos de análise.¹

Apresenta-se a ligação da intertextualidade no campo bíblico e também na interpretação dos textos bíblicos que se entrelaçam entre si, e agora, também em documentos das Igrejas que se utilizam de um texto, que insere outro texto, temos mais textos que formam um texto mais recente, que leva a valorizar os textos atuais através de releituras que revelam minúcias pouco refletidas, onde aparece a necessidade de novas reflexões. A partir do que já foi refletido, avançar para novas reflexões.

Após a introdução, busca-se demonstrar a importância da intertextualidade nos textos da CMICL, gerando uma hermenêutica ecumênica, visando explicar o conceito de intertexto nas teorias de Bakhtin e Kristeva que o interpretou e o fez conhecidos no Ocidente: 'A palavra (o texto) é um cruzamento de palavras (de textos), onde se lê, pelo menos uma outra palavra (texto). É um "mosaíco de citações".² Neste conceito, Jonas Sommer em sua pesquisa '*Na força do Espírito: uma análise intertextual de Joel 2,28-32 e Atos 2, 14-21*', utiliza a intertextualidade entre textos bíblicos partindo do conceito de Kristeva escreve:

Intertextualidade é uma forma de diálogo entre textos, que pode se dar de forma mais implícita ou mais explícita e em diversos gêneros textuais. O intertexto serve para ilustrar a importância do conhecimento de mundo e como este interfere no nível de compreensão do texto. Ao relacionar um texto com outro, o leitor entenderá que a intertextualidade é uma das estratégias utilizadas para a construção dos mesmos.³

¹ MAGALHÃES FILHO, José Soares de. *A memória da literatura: o intertexto como memória nas culturas orais e escritas*. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Palavra e Imagem, Rio de Janeiro, UFF, n. 44, 2012. p. 357-358.

² KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.67-68 .

³ SOMMER, Jonas. *Na força do Espírito: uma análise intertextual de Joel 2,28-32 e Atos 2, 14-21*. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo: EST/PPG, 2015. p. 13.

Os quadros apresentados visam de maneira concreta demonstrar a intertextualidade em dois documentos (textos) que possuem a intervenção de vários textos e formam um texto. No aplicar e inserir a intertextualidade nos textos da CMICL, destacou-se as perspectivas ecumênicas, elas existem e há uma necessidade de aplica-las no estudo teológico, documentos de comissões bilaterais, relatórios do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), na Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e na FLM

Há algum tempo, o possível diálogo entre as diversas disciplinas tem permitido a compreensão de certos fenômenos linguísticos que antes não podiam ser contemplados. Assim, a intertextualidade tem sido um dos grandes focos de estudo da atualidade, sob as mais variadas perspectivas teóricas. Tomemos como exemplo a Linguística Textual, que “caminha” por inúmeras teorias a ela antecedentes a fim de elaborar a sua própria abordagem. Ao incorporar o postulado dialógico de Bakhtin (1929) e Kristeva (1969), de que um texto não pode ser concebido isoladamente, a Linguística Textual propõe que todo texto mantém uma marcada relação do seu interior com o seu exterior.⁴

No terceiro capítulo há a busca de demonstrar os meios eclesiais para chegarmos à formação de uma Comissão bilateral de diálogo para a unidade; no caso deste estudo, entre Católicos Romanos e Luteranos, ambos a partir de agora, representados pelas siglas: ICAR e FLM. Procura mostrar a construção e a institucionalização através do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (PCPUC) e FLM.

É claro que temos também a citação e explicitação do papel do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), órgão fundamental para o diálogo ecumênico. Há também a tentativa de explicar o consenso, o diálogo e a recepção dos trabalhos da CMICL.

Fala-se do Concílio Vaticano II, com o decreto *Unitatis Reditegratio* (UR) e a FLM com o conceito de diversidade reconciliada. Apresenta-se, de forma inicial, os documentos da Comissão Bilateral, onde há o diálogo, a diversidade e a iniciativa concreta de gerar unidade.

O último capítulo quer demonstrar as ideais dos documentos supracitados.

⁴ KOCH, Ingedore G. Villaça et al. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007, resenhado por apud NEUSCHRANK, Aline. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 11, n. 1, p. 237-261, jan. /jun. 2008, p. 237.

Nesta interpretação, segue-se a necessidade de uma intertextualização séria e comprometida com a escrita e a fala sobre o ecumenismo e relacioná-lo com as ciências, tornando a relação entre os textos um ecumenismo sério e abrangente, para não perder a memória dos esforços buscados e alcançados até agora. E buscar alcançar os cinco imperativos propostos na comemoração dos 500 anos da Reforma. Em 2018, o CMI celebrou seus 70 anos recebendo, em Genebra, o Papa Francisco, que ressaltou os esforços do serviço ecumênico:

O fato de nos encontrarmos aqui deve-se também a quantos nos precederam no caminho, escolhendo a estrada do perdão e consumindo-se para responder à vontade do Senhor: que ‘todos sejam um só’ (Jo 17, 21). Impelidos pelo desejo ardente de Jesus, não se deixaram manietar pelos nós complicados das controvérsias, mas encontraram a audácia de olhar mais além e acreditar na unidade, superando as barreiras das suspeitas e do medo. [...] Somos os beneficiários da fé, da caridade e da esperança de muitos que tiveram, com a força desarmada do Evangelho, a coragem de inverter o sentido da história; aquela história que nos levava a desconfiar uns dos outros e a alhear-nos mutuamente, seguindo a espiral diabólica de incessantes fragmentações. Graças ao Espírito Santo, inspirador e guia do ecumenismo, o sentido mudou e ficou indelevelmente traçado um caminho novo e, ao mesmo tempo, antigo: o caminho da comunhão reconciliada, rumo à manifestação visível daquela fraternidade que já une os crentes.⁵

Percebe-se a atualidade do tema e o surgimento de uma consciência ecumênica, e esta perspectiva deve ser um motivo de alegria e esperança para que haja o desenvolvimento de diálogo, da recepção e do consenso. Interessante é enxergar que o Papa, na celebração dos setenta anos do CMI, começa seu discurso com uma fala abrangente. “Queridos irmãos e irmãs!”, esta expressão elucida um caráter bíblico e missionário, irmãos e irmãs caminhando juntos, numa mesma missão. E termina com um “Obrigado”.⁶

Comparando a visita de Paulo VI no CMI em 1969, que iniciou seu discurso com um áspero “Meu nome é Pedro” como sinal de superioridade e declarou:

Eis, portanto, entre vós. Nosso nome é Pedro. E a Escritura nos diz qual o significado que Cristo quis atribuir a esse nome, quais deveres Ele nos impôs: as responsabilidades do apóstolo e seus sucessores. Mas permita-nos lembrar também outros nomes que o Senhor quis dar a Pedro para significar outros carismas. Pedro é um pescador de homens. Pedro é um

⁵ PEREGRINAÇÃO Ecumênica do Papa Francisco a Genebra por ocasião do 70º Aniversário da Fundação do CMI, 2018. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180621_pellegrinaggio-ginevra.html>. Acesso em: 16 ago. 18.

⁶ PEREGRINAÇÃO, 2018, s/p.

pastor. Quanto a nós, estamos convencidos de que o Senhor nos concedeu, sem qualquer mérito de nossa parte, um ministério de comunhão. Certamente não nos isolou de vocês, ele nos deu esse carisma, ou para governar entre nós a compreensão, a cooperação, fraternidade e, finalmente, o restabelecimento, mas sim para deixar o preceito e o dom do amor, verdade e em humildade (ver Efésios 4,15; 13, 14). E o nome que tomamos, o de Paulo, indica bastante a orientação que queríamos dar ao nosso ministério apostólico.⁷

A prepotência passou, com o Papa Francisco fala-se de maneira bíblica, pastoral, missionária e aberta ao diálogo, sua visita ao CMI foi um encontro de oração, onde ele expressou-se como um igual aos demais representantes religiosos, evitou pompas e demonstrou-se muito feliz de estar lá. O caminho deve ser continuado.

Muito foi perguntado, o porquê de um aluno da linha de atuação Leitura e Ensino da Bíblia estava fazendo um TFMP sem ser bíblico, respondi: A intertextualidade não pode atuar somente no campo bíblico comparativo, ela tem que estar presente em toda teologia, logo, o TFMP é bíblico de maneira implícita.

A Intertextualidade procura elucidar na linguagem já elaborada (oral e escrita) a necessidade de uma renovação dos textos para o tempo atual, este é, de simples modo, o papel da intertextualidade na hermenêutica bíblica.

Numa intertextualização entre os testamentos, percebemos que o Antigo Testamento deixou reflexos no Novo Testamento. Há semelhanças nas técnicas literárias, mas o conteúdo é completamente distinto, é necessário reler os textos com a compreensão oferecida pelos últimos acontecimentos da história da salvação. Esta análise oferecida pela intertextualidade também é fundamental para os escritos ecumênicos.

Ao estudar o problema do evangelho e sua transmissão no NT, escolheu-se esse ponto de partida teológico-bíblico, porque a experiência geral dos encontros interconfessionais, especialmente entre teólogos evangélicos e católicos, mostrou-se serem as discussões sobre teologia bíblica as que oferecem possibilidades especialmente auspiciosas de chegar a um acordo. O relatório do grupo misto de trabalho, além disso, chamou a atenção para o fato de que o desenvolvimento da ciência bíblica contemporânea modificou a formulação tradicional das respectivas posições e abriu caminho para um novo modo de encarar as convergências tradicionais.⁸

⁷http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1969/june/documents/hf_p-vi_spe_19690610_consiglio-ecumenico-chiese.html,

⁸ In: <http://www.luteranos.com.br/textos/relatorio-de-malta-apresentacao>. Acessado em: 12 dez. 2018.

E o Evangelho, a Palavra de Deus é o centro de toda discussão ecumênica, logo, este trabalho se enquadra no ensino e na leitura da Bíblia de maneira interdisciplinar, enxergar o texto bíblico em outros textos e contextos que formam um texto que é entrelaçado por outro texto que forma um texto, não foi assim que a Bíblia se formou? Sim, a Palavra de Deus é um entrelaçamento de textos que formam outros textos, e segue-se o círculo.

2 O MÉTODO DA INTERTEXTUALIDADE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DE TEXTOS ECUMÊNICOS

Este capítulo visa apresentar a necessidade de uma hermenêutica ecumênica que o método da intertextualidade, conforme os conceitos de Mikhail Bakhtin, Julia Kristeva e autores relacionados ao tema, podem ressaltar e levar a uma melhor compreensão e esperança ao trabalho ecumênico que tem o Evangelho como centro e a intertextualização dos textos ecumênicos propostos.

2.1 Esperança e necessidade de uma hermenêutica ecumênica

A hermenêutica sempre perpassou nas áreas das ciências, como a Filosofia, a Sociologia, o Direito e a Teologia, principalmente no seu âmbito bíblico. É preciso uma arte ao interpretar e criar mensagens adequadas e compreensíveis ao receptor, daí a esperança e a necessidade de que no estudo teológico, o ecumênico possa ser interpretado e compreendido dentro da hermenêutica teológica e Bíblica. A palavra hermenêutica vem do verbo grego “*hermeneuein*”, e a sua origem está relacionada com o mito de Hermes. Ele era um deus que morava no Olimpo com os outros deuses, diferente do mundo dos homens que era a Terra. Hermes era filho de Zeus era encarregado de ser mensageiro, pois, os homens possuíam uma linguagem e os deuses outra, com isto, para que os deuses, conseguissem se comunicar com os homens, era necessário que esta mensagem fosse traduzida e interpretada, então Zeus encarregou seu filho Hermes de pegar a mensagem do Olimpo, emitida pelos deuses, e transmiti-la aos homens.

Notaremos a associação das palavras com o deus Hermes, apresentaremos três vertentes essenciais do seu significado e sugeriremos algo sobre o seu atual sentido, especialmente no que respeita à interpretação literária e bíblica. [...] os gregos atribuíam a Hermes a descoberta da linguagem e da escrita, as ferramentas que a compreensão humana utiliza para chegar ao significado das coisas e para o transmitir aos outros.⁹

⁹ PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1989. p.23-24.

O exercício de Hermes era pegar a mensagem do Olimpo e enviar para os receptores, mas neste caminho ele tinha que interpretar para que os homens pudessem entender a linguagem dos deuses que era ininteligível para os da Terra, isso deu origem ao exercício da Hermenêutica, que é interpretar, levar a mensagem do ponto A para o ponto B de forma que ela chegue a sua compreensão total, revelando seu sentido e seu alcance. Como traduzir esta hermenêutica para o mundo ecumênico? Qual que é a mensagem que buscamos transmitir para nós da hermenêutica ecumênica? Nossas palavras são unidades, diálogos e recepção nosso exercício hermenêutico ecumênico, vai recair na unidade, no dizer, explicar e traduzir, como o trabalho hermenêutico sugere? ¹⁰

2.1.1 Objeto de estudo

O objeto de estudo desta hermenêutica é a mensagem propriamente dita, mas a mensagem, pode ser, qualquer símbolo, sinal, o gesto, o diálogo, tudo que eu quero que seja interpretado.

Pode-se entender isso com um pequeno exemplo: 'Digamos que em um parque há uma placa: 'não pise na grama', e tem uma bicicleta do seu lado, você tem coragem de andar de bicicleta sobre a grama, era está a mensagem? Posso andar de moto? A mensagem não pise na grama é um símbolo, é um aviso, imagem, objeto de interpretação esta mensagem foi interpretada corretamente, não! A interpretação deveria ser que não danifique a grama, e o real sentido será alcançado pelo estudo da hermenêutica dando a interpretação para revelar seu real objetivo.

Hans-Georg Gadamer¹¹, dividiu a hermenêutica em duas linhas de avaliação. O sentido "*Epiceno*", que se preocupa apenas com a escrita (dicionário), e o "*Antológico*", que se preocupa com a aplicação da palavra na vida. É no segundo sentido que entra a Hermenêutica ecumênica, apesar do autor não estabelecer isso:

A hermenêutica desenvolvida por Gadamer se afasta de uma doutrina de métodos das ciências do espírito e procura caminhar para um olhar além de sua auto compreensão metódica através da experiência do homem no mundo. É um (re) pensar o universo da compreensão, já que o filósofo procura refletir sobre a questão da verdade nas ciências do espírito. É um

¹⁰ PALMER, 1989, p. 23-40.

¹¹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

afastamento dos modelos clássicos hermenêuticos, nos quais a exegese era considerada um conjunto de métodos.¹²

2.1.2. *Hermenêutica espiritual*

O movimento ecumênico, como vimos, historicamente foi motivado pelas igrejas protestantes, com o ingresso da ICAR, o panorama foi se modificando. “Uma hermenêutica da unidade torna-se, portanto, um exercício no relacionar as convicções próprias com a fé de outros cristãos, acreditando que o Espírito Santo fala de muitos modos imprevisíveis”.¹³

Falar de um ecumenismo espiritual é avançar como igrejas diferentes em suas doutrinas e teologias, para que juntas, apesar das diferenças, orem pela unidade. Até para os cristãos divididos, deve haver um retorno à oração comum pela unidade, deve ser considerado “a alma de todo o movimento ecumênico”.¹⁴

A prática da oração pela unidade, no sentido que lhe deu o sacerdote Couturier¹⁵, foi um dos elementos que em maior escala, vem contribuindo para difundir em todos os níveis do povo cristão a repulsa pelo “eclesiocentrismo”. As igrejas deixaram de se considerar como centro do universo religioso e de medir as outras com sua própria medida. Colocaram Cristo no Centro [...] os cristãos devem comunicar-se; não só para viver na unidade, porém, mais exatamente, para viver da unidade.¹⁶

O sacerdote Couturier, foi um protagonista do ecumenismo espiritual, dando novo sentido ao movimento ecumênico acertadamente. Antes das divergências e convergências, devemos orar uns pelos outros. Esse ecumenismo espiritual não é vazio, exige três dimensões que devem ser vividas na oração: A conversão, o diálogo e o serviço. Na verdade, desde o início, o evangelho foi anunciado a todos os cristãos, e rezar pela unidade, pelo evangelho, é vital para todo ecumenismo. Com esta concepção de ecumenismo espiritual, poderemos falar da hermenêutica ecumênica.

¹² GADAMER, 1997, p. 29.

¹³ VERCRUYSSE, Jos E. Ecumenismo. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Dirigido por Rene Latourelle e Rino Fisichella. Trad. Luiz João Baraúna. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994.p. 223-255.

¹⁴ JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Ut Unum Sint de 25 de maio de 1995*. N. 21-27, p. 82-85.

¹⁵ Paul Couturier era um presbítero francês, considerado pai do ecumenismo espiritual, a visão ecumênica de Couturier é a base da atual Semana de Oração para a Unidade dos Cristãos. É dele a fórmula que permitiu que os cristãos de todas as confissões se unissem em oração pela unidade da Igreja.

¹⁶ FIORES, S. de; GOFF, T. (Orgs.). Ecumenismo Espiritual. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 1994. p. 200-206.

2.1.3 *Hermenêutica Ecumênica*

Como vimos acima, a hermenêutica penetrou na teologia, principalmente na área bíblica, porém, vem surgindo a necessidade de interpretar textos, códigos, tradições e termos também em outras áreas teológicas, como a teologia prática, sistemática, etc.

Começo citando o Evangelho de Mateus 7, 26-27

Por outro lado, todo aquele que ouve essas minhas palavras, mas não as praticas, será comparado ao homem insensato que construiu a sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, sopraram os ventos e deram contra aquela casa e ela desmoronou. E foi grande sua ruína.¹⁷

Este texto de Mateus elucidada a necessidade de que no ecumenismo deve haver sensatez, teólogos interessados, críticos habilitados, para que através de uma hermenêutica ecumênica bem elaborada, não faça que a ruína do movimento ecumênico seja completa, aliás, toda área teológica precisa saber interpretar-se para transmitir a mensagem aos demais.

Claro que o ecumenismo não deve ficar preso a termos teológicos desligados da realidade, é preciso um trabalho teológico sério, se não tudo pode ser construído sobre a areia. “Convém distinguir ecumenismo como dimensão da teologia e como disciplina no currículo: toda teologia, na verdade é ecumênica”.¹⁸

Estamos na era da globalização, onde o conhecimento ficou rápido, mas, ininteligível, penso que por causa da comodidade que se gera diante dos “*Mass média*”. Muito se fala e pouco se interpreta e se faz entender. “Nesse sentido, a missão de proclamar o Evangelho, hoje, de maneira significativa para o povo, é uma tarefa essencialmente Hermenêutica”.¹⁹ É uma hermenêutica que procura comunicar, interpretar e se fazer entender, os símbolos, textos, liturgia de diferentes igrejas para se chegar à unidade através do diálogo. Percebemos que a Bíblia é o centro da Hermenêutica Ecumênica. O Evangelho precisa ser interpretado coerentemente para gerar unidade e respeito, essa é a grande luta do CMI que de 1993-1998, através da Comissão de Fé e Ordem percebeu a urgência de um estudo sobre hermenêutica ecumênica:

¹⁷ A BÍBLIA de Jerusalém. 11. reimpressão. São Paulo: Paulus, 2016.

¹⁸ BRAKEMEIER, 2004, p. 13.

¹⁹ CMI. COMISSÃO DE FÉ E CONSTITUIÇÃO, CONIC. *Um tesouro em vasos de argila: instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica*. São Paulo: Paulus, 2000.

Como produto deste processo, surgiu um texto que visa a subsidiar a reflexão de igrejas, centros de formação teológica e indivíduos. A questão básica do documento “Um tesouro em vasos de argila: instrumento para uma reflexão ecumênica sobre hermenêutica” [...] O uso da expressão ‘vasos de argila’ (2 coríntios 4.7) quer dizer -numa interpretação livre mas não incomum do texto de Paulo- que a palavra divina do evangelho não nos é acessível de modo direto, numa forma pura, mas apenas em palavras humanas de proclamadores humanos. Por isso é admissível estender o arco um pouco mais e acrescentar a mediação através da interpretação humana. Disso resulta necessariamente uma multiplicidade de possibilidades de interpretações que, num primeiro momento, é avaliada positivamente.²⁰

Devemos chamar a atenção para o documento da CMI, sobre a diferença dos termos tradições, Tradição e Catolicidade. Muito se esclarece que na hermenêutica ecumênica há por parte das igrejas que assumem a Tradição e a Catolicidade delas, vejamos:

1- *Tradição e tradições*: O Espírito Santo inspira e leva cada igreja a repensar e reinterpretar suas tradições, dialogando umas com as outras, sempre com o objetivo de encarnar a “Única Tradição” na unidade da igreja de Deus.

2- *Catolicidade*: O termo catolicidade vem do grego “Kath’ Holon”, que significam “segundo a totalidade”. Esta palavra se refere à totalidade e integridade da vida em Cristo e à inclusividade e universalidade da comunidade cristã.²¹

Esta é a importância da hermenêutica, perpassando toda a Teologia, fazer dos pressupostos essenciais da fé das igrejas, com confiança, seriedade, pelo Evangelho e conduzidos pelo Espírito Santo, pensar, interpretar e fazer com que a mensagem seja compreendida, um pensamento ecumênico, temos então, que constatar que é dura a missão da Hermenêutica (Bíblico) ecumênica.

Uma aplicação prática da hermenêutica ecumênica ocorre tanto na produção como na recepção de documentos ecumênicos. [...] conseqüentemente, é crucial que se tenha um cuidado especial por parte daqueles que produzem documentos ecumênicos afim de assegurar que seja facilitada, em todos os níveis, uma troca significativa, prestando uma atenção adequada às dimensões da Hermenêutica ecumênica que permitem uma exata comunicação e recepção.²²

²⁰ SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 89.

²¹ CMI, 2000, p. 26.34.

²² CMI, 2000, p. 46.

Da parte católica se tem o Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo (DPNE) que especifica de uma hermenêutica ecumênica (ICAR), daqueles envolvidos no trabalho pastoral. No proêmio o papa São João Paulo II disse ao presidente do PCPUC:

O significado do trabalho que levou a este texto de estudo: Você estudou especificamente o problema da formação ecumênica nos seminários e faculdades teológicas, que é uma das principais preocupações do (DPNE). Você desejou fazê-lo de uma maneira moderna e prática, baseada nas exigências das ciências da educação, que não pode se limitar a um mero curso de informação sobre o movimento ecumênico. Espero que as diretrizes práticas que você mencionou permitam que a dimensão ecumênica se torne parte integrante do ensino das diferentes disciplinas, usando o método interdisciplinar e através da cooperação inter-denominacional, prevista pelo Diretório Ecumênico.²³

Percebe-se que há um incentivo da parte católica sobre o ensino sério e sistemático do ecumenismo, mas no Diretório se apresenta um tanto fechado e limitado.

Informações gerais devem ser fornecidas sobre as principais comunhões cristãs, e atenção dada àquelas Igrejas e Comunidades eclesiais que entraram em diálogo com a Igreja Católica ou que são de especial significado em um determinado país ou região. Por exemplo: Igrejas e Comunidades eclesiais do período da Reforma (Anglicanos, Luteranos, Reformados); Deve haver uma apresentação de símbolos particulares e fórmulas confessionais, no luteranismo: a Confissão de Augsburgo.²⁴

O incentivo e a colocação clara no Diretório são apenas um vislumbre de esperança, mas é necessária uma caminhada em conjunto, onde todos os institutos teológicos católicos e de Igrejas, como as pertencentes ao CMI, FLM, CONIC, Conselho Latino Americano de Igrejas etc. Uma Hermenêutica realmente prática e real em todo estudo teológico: “Diretório deve ser refletido e integrado com cada assunto, a fim de fornecer a necessária dimensão ecumênica. Esses elementos são: 1. *Hermenêutica*; 2. *“Hierarquia das verdades”*; e 3. *Frutos dos diálogos ecumênicos*”.²⁵

Termino com o discurso do Pe. Jesus Hortal S. J.:

²³ PCPUC, 2010, p. 30-38.

²⁴ PCPUC, 2010, p. 79-80.

²⁵ PCPUC, 2010, p. 74-75, p. 78, p. 181-182.

Mas, por outro lado, é precisamente nessa ação onde nós temos encontrado mais facilmente com alguns protestantes, especialmente com a IECLB. O nosso diálogo não se pode restringir ao campo teológico, porque o cristão não é só inteligência, mas também coração; é vida e práxis. Continuemos a procurar juntos o caminho de um cristianismo que apresente perante os nossos irmãos o Evangelho vivido, atuado, feito carne e sangue, no amor do Cristo Senhor.²⁶

2.2 Bakhtin

Mikhail Mikhailovich Bakhtin foi um pensador russo que nasceu em 1895 numa cidade provincial chamada Orel, e morreu em 1975, na capital da Rússia, Moscou. Nesta época, as famílias aristocráticas ficaram empobrecidas, e a família de Bakhtin vai para a plurilíngue cidade de Vilna, na Lituânia, depois de algum tempo vai para Odessa, onde também se convive com muitas línguas. Apoiou a Revolução Russa de 1917, mas acabou sendo perseguido por Stalin. Na década de 20, trabalhou com filósofos da linguagem, todos marxistas. A característica marcante em Bakhtin é que, para ele, “a linguagem é um produto vivo, A língua é dialógica”.²⁷ A obra de Bakhtin é muito relevante para a compreensão da cultura moderna e dos processos imersos na linguagem.

2.2.1 Dialogismo, Polifonia e Ambivalência

A noção de dialogismo em Bakhtin é fundamental para se compreender a sua obra, bem como seu conceito de linguagem. Para o filósofo, a língua possui uma riqueza fundamental que ultrapassa a mera questão de sua lógica interna, ela está imersa em produções da cultura, por isso sua riqueza de possibilidades.²⁸

Dialogismo: “A orientação dialógica é um fenômeno próprio de todo discurso”.²⁹ A primeira ideia quando se fala de dialogismo é pensar que a linguagem se constrói dentro das relações de interação. As pessoas, quando dialogam,

²⁶ Esta palestra, em forma mais simplificada, foi proferida inicialmente, no dia 6 de abril de 1983 na Faculdade de Teologia da IECLB, em São Leopoldo. No dia 17 de maio foi apresentada, mais desenvolvida, no Seminário Ecumênico organizado pela Comissão Arquidiocesana de Ecumenismo de Belo Horizonte.

²⁷ BAKHTIN, M. (Voloschinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 88.

²⁸ MARCUZZO, Patrícia. Diálogo Inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 36, junho de 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

²⁹ FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p.17.

recuperam conversas anteriores e recuperam fatos e ao mesmo tempo elas pensam em questões que vão aparecer. O mesmo acontece com textos escritos. Um texto nunca pode ser isolado.

A característica marcante em Bakhtin é que a linguagem é um produto vivo, a língua é dialógica, e é mais do que uma relação, digamos, pessoal, uma relação face a face, é uma relação de discursos. Por exemplo, os indivíduos são diferentes uns dos outros, e no diálogo surgem diferenças, surge nestas diferenças tensões, e elas levam a pensar no outro (alter), e é justamente nos tensionamentos entre indivíduos que “os discursos vão se entrelaçar para produzir sentidos”.³⁰ O vocábulo Diálogo significa, entre outras coisas, solução de conflitos, entendimento, promoção de consenso, busca de acordo, o que poderia nos levar que Bakhtin é o filósofo da grande conciliação entre os homens.³¹

Para Bakhtin, por mais que duas pessoas estejam conversando, negociando os sentidos, os dois buscam chegar a determinados denominadores comuns sejam em pleno acordo ou em consensos parciais, ou ainda ao puro esclarecimento de posições que sejam antagônicas, pois a interação não significa harmonização, mas ação entre duas pessoas buscando resultados interessantes para ambas. As nossas falas estão constituídas de um Eu e de um Outro, o que é constitutivo da linguagem e marca da enunciação, não é só o Eu que se anuncia, quando ele faz isso já é marcado por um Tu.

José Luiz Fiorin, no Brasil um dos estudiosos Bakhtinianos, destaca três conceitos de dialogismo que nos ajudam a compreender o pensamento de Bakhtin:

Quadro 1: Conceitos de dialogismo

1-) Todo enunciado é dialógico, portanto o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado.	.2-) Trata-se da incorporação pelo enunciador da (s) voz (es) de outro (s) no enunciado. O dialogismo é uma forma composicional.	3-) No dialogismo o sujeito atua em relação aos outros, o indivíduo constitui-se em relação ao outro. ³²
---	--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

No dialogismo há várias vozes que enunciam vários textos e geram na linguagem, no signo, no sentido, outros textos que se permeiam. “É uma forma especial de interação, que torna multidimensional a representação e que, sem buscar

³⁰ BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 25.

³¹ FIORIN, 2017, p. 28.

³² FIORIN, 2017, p. 27-60.

uma síntese de conjunto, mas ao contrário, uma síntese dialética, configura a arquitetura de todo discurso”, afirma Diana Barros em sua discussão de Bakhtin.³³

Polifonia: A Polifonia, como diz o próprio termo, é um conjunto de vozes, sua diferença do dialogismo é sutil. No dialogismo, o Eu e o Tu, o Nós, trazem muitos textos a um texto principal. Já na polifonia, as vozes se multiplicam num só enunciado, por exemplo: houve uma morte brutal numa cidade, todos falam deste evento, tanto o Eu quanto o Tu e o Nós estão inseridos neste processo que dá a todos um texto comum, um contexto, observado de variados ângulos, e várias vozes discutindo a respeito dele.

Nesta perspectiva o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que passa estar não mais no Eu nem no Tu, mas no espaço criado entre ambos, ou seja, no texto. Descentrado, o sujeito divide-se, cinde-se, torna-se um efeito de linguagem, e sua dualidade encaminha a investigação para uma teoria dialógica da enunciação.³⁴

Polifonia é, normalmente, percebida no plano discursivo (ideia, conceitos, identidades) pela identificação das vozes em diálogo. Traz a voz das pessoas.

Ambivalência: Para Bakhtin o conceito de ambivalência é instaurado pelo texto e pelo contexto:

O termo ambivalência implica a inserção (da história da sociedade), no texto, e do texto na história, para o escritor, são uma única e mesma coisa. Falando de Duas vias que se unem na narrativa. Bakhtin tem em vista a escritura como leitura de um *corpus* literário anterior, onde o texto como absorção de, e réplica a um outro texto.³⁵

2.3 Kristeva

Julia Kristeva nasceu no dia 24 de junho de 1941 em Sliven, na Bulgária. É uma filósofa e psicanalista franco-búlgara. As suas obras abordam questões em torno do feminismo, semiótica, maternidade e intertextualidade. Na escrita de Julia Kristeva,

³³ BARROS, Diana Luz Pessoa et al. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 3.

³⁴ BARROS, 2011, p. 3.

³⁵ BAKHTIN, Mikhail M. *La Poétique de Dostoievski*. 1970. Apud: BARROS, Diana Luz Pessoa et al. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 3.

a existência deve ser entendida como uma relação de estranhos. Irei tratar aqui o conceito de intertextualidade no seu livro *Introdução à Semanálise* de 1969.³⁶

2.3.1 Intertextualidade

Esse vocábulo é introduzido como pertencente ao universo Bakhtiniano por Julia Kristeva, em sua apresentação de Bakhtin na França, publicada em 1967, na revista *Critique* e como livro na obra *Introdução à Semanálise*. Kristeva vai chamar de ‘texto’ o que Bakhtin vai chamar de ‘enunciado’; ela acaba designando por intertextualidade a noção de dialogismo. “Qualquer relação dialógica é denominada intertextualidade.”³⁷

A intertextualidade pode ser entendida como um diálogo entre textos. De acordo com Kristeva, todo texto é construído como um mosaico de citações, sendo, portanto, a absorção e transformação de outro texto preexistente. Assim, toda leitura que fazemos é necessariamente intertextual, pois no ato de ler o próprio leitor está, ao mesmo tempo, realizando associações a outras leituras. Um mesmo texto lido, em épocas distintas, torna-se outro, uma vez que no intervalo de tempo o repertório de leitura já foi alterado.³⁸

Na linguística, a intertextualidade é um recurso utilizado entre textos, de maneira que estabelece uma analogia mediada por um diálogo existente entre eles, sejam da mesma natureza ou não.

Importa notar que para que a intertextualidade ocorra, é necessário a existência de um texto que influencie a produção deste, denominado de ‘texto-fonte’, ou seja, aquele em que o autor se inspirou para fazer referência. ‘Em resumo, a intertextualidade é a criação de um texto a partir de outro já existente’.³⁹

Roland Barthes, ampliando a concepção de Kristeva, assevera que o texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos que já existiram ou existem ao redor do texto reconsiderado, e

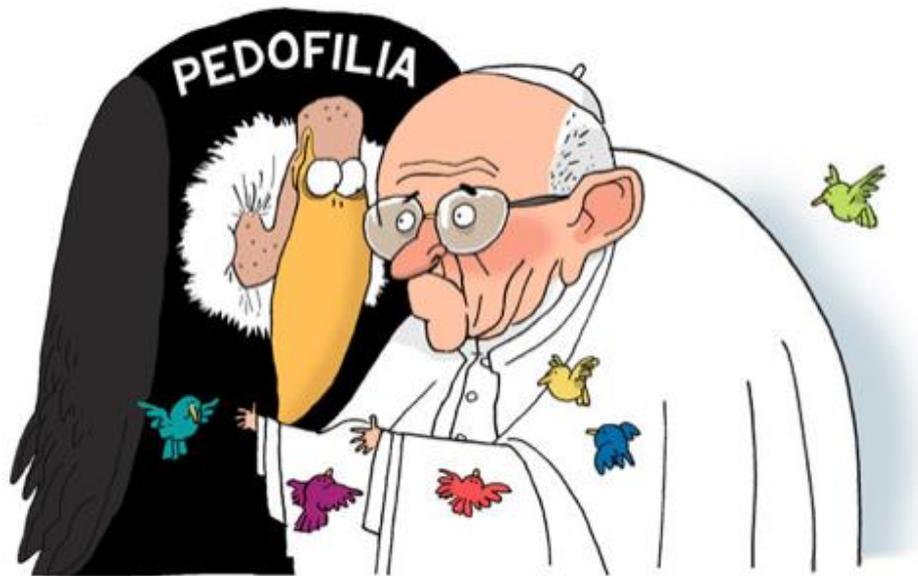
³⁶ KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

³⁷ FIORIN, 2017, p. 57.

³⁸ SOMMER, 2015, p. 18.

³⁹ TODA MATERIA. *Tipos de Intertextualidade*. Disponível em: <<http://www.todamateria.com.br/tipos-de-intertextualidade/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

Alpino / Yahoo! Brasil
cartunistaalpino@yahoo.com.br



Papa Francisco em vigília.

Figura 2 - Charge intolerância/pedofilia

Fonte: GOOGLE Imagens. Disponível em: opiniaosemfronteiras.files.wordpress.com/2013/04/charge-papa.png. Acesso em: 30 abr. 2018.

As charges acima foram escolhidas num primeiro momento, pela representação de Lutero e do Papa que simultaneamente aludem à FLM e a ICAR, num segundo momento, para demonstrar uma intertextualidade de temas eclesiais presentes na opinião pública e não apenas na esfera religiosa.

Analisar a leitura de charges implica ver a linguagem em seu aspecto discursivo, e o sentido, nessa abordagem, abrange o uso da língua em diferentes situações, ou seja, é a partir da relação entre emissor e receptor presentes no texto e conhecimentos diversos que interagem com o texto chegando ao sentido que queremos dar ao discurso. Observando os diferentes recursos utilizados nas charges deve-se refletir sobre a ironia e a intertextualidade. Percebe-se que a associação de ambas são uma excelente forma de explorar a interpretação do leitor, de leva-lo a construir relações dialógicas e refletir sobre o assunto abordado.

Destaco a definição básica de intertextualidade de Kristeva, e de Ingedore Koch, segundo a qual a intertextualidade pode ser entendida da seguinte maneira:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.⁴²

Kristeva, ao sugerir que Bakhtin, falando de duas vozes coexistindo num texto, isto é, de um texto como ação e rejeição, resgata a repelência de outros textos, apresentando a ideia de intertextualidade como textos que se entrecruzam e se interpenetram mutuamente. A autora enumera, a partir da mecanicidade da linguagem, três dimensões do espaço textual, quais sejam, 1) o escrevente (sujeito); 2) o receptor (objeto) e 3) as exterioridades (demais conteúdos ao redor da relação de sentido).⁴³ Estabelece-se um diálogo a partir destes três elementos cujo pertencimento da palavra tanto ao sujeito da escritura quanto ao destinatário permite uma orientação por meio de uma contextualidade marcada por traços de literatura anterior ou em sincronia. Tais aspectos demonstram, assim, que a textualidade em questão se constitui por cruzamentos de variados textos interpenetrados reciprocamente, nos quais é possível se ler outros textos, isto é, em cada texto elaborado encontramos a reelaboração de outros textos criados anteriormente, perfazendo assim o texto uma combinação de outros textos. Esse diálogo, por vezes, silencioso ou não dito explicitamente é designado de intertextualidade.

A respeito desta conclusão de textos que se cruzam com outros textos e vozes, discursos e gêneros, pode ser esclarecido por Kristeva:

O texto não é um conjunto de enunciados gramaticais ou agramaticais; é aquilo que se deixa ler através da particularidade dessa conjunção de diferentes extratos da significância presente na língua, cuja memória ela desperta: a história. Equivale a dizer que é uma prática complexa, onde os grafos devem ser apreendidos por uma teoria do ato significante específico que se representa através da língua, e é unicamente nessa medida que a ciência do texto tem qualquer coisa a ver com descrição de linguística.⁴⁴

Os textos da CMICL, são literaturas com enfoques religiosos e ecumênicos, um conjunto de linguagem elaborada e intertextualizada entre textos e contextos. O que é dialogismo para Bakhtin, torna-se intertextualidade para Kristeva, que ressalta

⁴² KOCH, 2000, p. 46.

⁴³ KRISTEVA, Julia. *Introdução à semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁴⁴ KRISTEVA, 1974, p. 18.

que os escritos, enunciados ou textos, não são apenas obras literárias fechadas e estáticas

Para semiótica, a literatura não existe. Ela não existe enquanto uma linguagem igual às outras, e, ainda menos, como objeto estético [...] entendido como prática, o texto literário não é assimilável ao conceito, historicamente determinado de literatura. A prática deve ser definida ao nível de texto, na medida em que esta palavra remete uma função. A semiótica da produção deve abordar de texto social, justamente para unir uma prática escritural voltada para sua produção.⁴⁵

Nesta perspectiva percebe-se que os textos produzidos ganham um caráter de texto social. A semanálise é um projeto crítico, mas, incompleto, como deve ser toda intertextualidade. Os textos, mesmo que oficializados pelas instituições, continuam se intertextualizando.

A semanálise, cujo projeto é antes de tudo crítico, não se construirá como um edifício terminado, uma enciclopédia geral das estruturas semióticas, e ainda menos como o topo último, a metalinguagem⁴⁶ final e saturada numa imbricação de linguagens, onde cada uma toma a outra por plano de conteúdo.⁴⁷

Um narrador irá se comunicar com outro, e nesta relação com o outro, a narração se estrutura, sem um outro a linguagem é monológica e não dialógica. Ponge, acerca da linguagem, afirmou duas ideias: “Eu falo, você me ouve, logo nós existimos”, e, “O mundo mudo é minha única pátria”, colocando, assim, de maneira irônica a importância da comunicação.⁴⁸

Autores como o brasileiro José Luiz Fiorin e Elisabeth Brait, expressam dúvidas sobre a definição de Kristeva de intertextualidade, pois são pesquisadores da linguística Russa representada por Bakhtin, mas o presente trabalho baseou-se em Kristeva que apresentou Bakhtin ao Ocidente. “Esse uso é mal formulado, porque há em Bakhtin, uma distinção entre texto e enunciado”⁴⁹.

Roland Barthes, ampliando a concepção de Kristeva, assevera que “Um texto redistribui a língua. Uma das vias desta reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de texto que existiram ou irão existir ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo. Todo texto é um intertexto” quando ele diz ao redor do texto,

⁴⁵ KRISTEVA, 1974, p. 40-41

⁴⁶ Metalinguagem em lógica e linguística, é uma linguagem para descrever algo sobre outras linguagens.

⁴⁷ KRISTEVA, 1974, p. 23.

⁴⁸ PONGE, Francis. Douze petits écrits. Paris: Editora Gallimar, 1942.

⁴⁹ FIORIN, 2017, p. 57.

tem paratextos, ou seja, os títulos, o nome do autor, ano de publicação, etc., o paratexto está fora do texto.⁵⁰

Dominique Maingueneau, diz que “este termo designa ao mesmo tempo uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto de relações explícitas e implícitas que um texto ou um grupo de textos determinados que mantém com outros textos”.⁵¹ É parte de todos os textos sem exceção, é próprio de qualquer texto, independente de gêneros, de título, de qualquer coisa.

Gerárd Genette⁵², preferiu falar em transtextualidade, conferindo um valor mais restrito à intertextualidade, suas tipologias da ação transtextual são: a citação que representa a forma mais efetiva e evidente de intertextualidade. Citação em discurso direto, que é a cópia das vozes do narrador e do personagem. Citação em discurso direto livre que é a mistura das vozes entre narrador e do personagem, e, finalmente, a alusão, que ocorre com a citação de elementos que remetem (fazem lembrar) o autor, o texto, o título, etc.

Termino o presente capítulo com a opinião da grande linguista brasileira Ingedore Koch e a mais famosa definição de Julia Kristeva:

Opinião de Ingedore Koch:

Das tipologias aqui discutidas, pode-se notar que há intertextualidades por derivação, tem sido muito mais nas pesquisas científicas em direção que funcionalidades que podem ter em textos diversos, principalmente dos que se enquadram nos gêneros do discurso literário. Muito, há, porém, a ser realizado em relação ao diálogo entre textos de outros gêneros e de outros discursos, não com objetivo de analisar outros tipos de formas/conteúdos que se incluem em outros textos, mas com o propósito de compreender os efeitos de sentidos que as intertextualidades geram.⁵³

Expressão mestra de Julia Kisteva:

Mas no universo discursivo do livro, o destinatário está incluído, apenas, enquanto propriamente discurso. Funde-se, portanto, com aquele outro discurso (aquele outro livro), em relação ao qual o escritor escreve seu próprio texto; de modo que no eixo horizontal (sujeito-destinatário) e o eixo

⁵⁰ KOCH et. al., 2007, p. 14.

⁵¹ KOCH et. al., 2007, p. 288.

⁵² CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 88.

⁵³ KOCH et. al., 2007, p. 143-144.

vertical (texto-contexto) coincidem para revelar um fato maior: a palavra (o texto) é um cruzamento de palavras (de textos) onde se lê, pelo menos, uma outra palavra (texto). Em Bakhtin, além disso, por ele denominados diálogos e ambivalência, respectivamente não estão claramente distintos. Bakhtin é o primeiro a introduzir na teoria literária: Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla.⁵⁴

Procurou-se neste capítulo apresentar a necessidade de uma hermenêutica ecumênica que aprimorar-se-á com os autores que representam a interdiscursividade e a meta de nosso estudo, a intertextualidade. A intertextualidade, espera, na sua aplicabilidade em documentos da CMICL ressaltar o avanço da caminhada do diálogo a partir de um olhar nas convergências e nas divergências

⁵⁴ KRISTEVA, 1969, p. 63-64.

3 DIÁLOGO ECUMÊNICO ENTRE AS IGREJAS CATÓLICA ROMANA E A FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL

Neste capítulo, irei apresentar os conceitos de ecumenismo, como são compreendidos e apreendidos entre as igrejas da comissão, de modo especial em seus documentos principais nos organismos internos que fazem que o diálogo realmente aconteça na prática. Trata-se de um capítulo para mostrar os mecanismos necessários para o funcionamento de uma comissão bilateral de diálogo.

3.1 Concílio Vaticano II

Com o Concílio Vaticano II⁵⁵ surge, na ICAR, a abertura ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso. Uma das iniciativas foi, em 1967, a criação de uma CMICL. Logo, em 2017, celebramos cinquenta anos de muitos diálogos, encontros, documentos que demonstram grande avanço no diálogo ecumênico. O Papa Paulo VI, na sua carta encíclica *Ecclesiam Suam*⁵⁶, propôs que o ponto de partida do diálogo deveria ser o Anúncio do Evangelho que coloca a centralidade da Palavra de Deus, para que a unidade se descubra a partir do Evangelho na contemporaneidade. A CMICL se apressa e logo estabelece debates, ideias para que se possam demonstrar caminhos de diálogos pelo Evangelho e, destes debates profícuos surgem vários documentos, estudos e declarações.

Antes de tocarmos na UR, que é o documento conciliar que coloca a ICAR no caminho ecumênico, vale a pena destacar alguns traços da carta encíclica *Ecclesiam Suam* do Papa Paulo VI. A encíclica manifesta o pensamento do papa a respeito do ecumenismo e o apresenta segundo uma dupla tripartição. Na visão de Paulo VI, a Igreja deve aprofundar a consciência de si mesma, comprometer-se na renovação e abrir-se ao “diálogo”. Tema de quase metade do texto, o diálogo se estende a três grandes círculos concêntricos ao seu redor: o primeiro, imenso, constituído pela humanidade enquanto tal; o segundo, vasto, mas menos distante, pelos crentes não

⁵⁵ O Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia dezembro de 1961, através da bula papal *Humanae salutis*, pelo Papa João XXIII. Este mesmo Papa inaugurou-o, a ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. In: ZANON, D. *Para ler o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2012.

⁵⁶ PAULO VI, Papa. *Ecclesiam Suam*: Primeira Carta encíclica de Sua Santidade Paulo VI. São Paulo: Paulinas, 1964.

cristãos; e o terceiro, mais próximo, pelos não católicos.⁵⁷ Esta visão em círculos concêntricos marca a transição de um exclusivismo para um inclusivismo eclesiológico e religioso: ainda que não apresentem a plenitude do ser igreja, outras igrejas, comunidades eclesiais e religiões mantêm elementos da verdade. Pessoas que “crêem em Cristo e foram validamente batizados, estão numa certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica. [...] justificados no batismo pela fé, são incorporados a Cristo e, por isso, com direito se honram com o nome de cristãos, sendo justamente reconhecidos pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor”.⁵⁸

Deter-nos-emos, na terceira parte, ao Diálogo, no que o papa chama de terceiro círculo do diálogo, os cristãos, irmãos, ainda que separados. A encíclica já aponta o pensamento da Igreja, quando no início do n. 61 diz: “Eis por fim o círculo, mais perto ainda de nós, do mundo que se intitula cristão”. Todos os cristãos são chamados ao diálogo, à esperança e à paz, principalmente os que estão ‘mais perto’. Alude que o caminho ecumênico já está aberto e se coloca à disposição para cordialmente prosseguir. É explícito que esta cordialidade não elimina as divergências descritas, porém, já se antecipou a isso, o papa, nos escreve:

Muita coisa poderíamos dizer sobre tema tão complexo e delicado. Mas o nosso discurso não abarca tudo. Limita-se a poucas alusões, não novas aliás. Com prazer fazemos nossa esta máxima: Ponhamos em evidência primeiramente o que nos é comum, antes de insistirmos no que nos divide. Boa e fecunda orientação para o nosso diálogo.⁵⁹

3.2 Conselho Mundial de Igrejas e a Federação Luterana Mundial

Após estas breves pinceladas da visão Católica do ecumenismo, recorro, brevemente, também ao CMI, do qual faz parte grande parte das igrejas-membro, da FLM, teremos uma ideia das igrejas que participam oficialmente da comissão supracitada que elaboraram os documentos a serem analisados numa perspectiva de intertextualidade.

⁵⁷ *L'Osservatore Romano*, em 06-08-2014. Reportagem de Giovanni Maria Vian. Sobre a *Ecclesiam Suam*: Primeira Carta encíclica de Sua Santidade Paulo VI. Trad. Moisés Sbardelotto.

⁵⁸ Cf. UR 3; DH 4188.

⁵⁹ PAULO VI, Papa. *Ecclesiam Suam*: Primeira Carta encíclica de Sua Santidade Paulo VI. São Paulo: Paulinas, 1964. n. 34-51, p. 61-62.

“O CMI é uma comunhão de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador de acordo com as Escrituras, e, portanto, buscam a cumprir em conjunto sua vocação comum para a glória do único Deus”.⁶⁰

É uma comunhão de igrejas buscando e incentivando o caminho da unidade visível em uma única fé e uma única comunhão eucarística, expressada no culto e na vida comum em Cristo. Tenta se mover para aquela unidade, que Jesus implorou para seus seguidores⁶¹, “*para que o mundo acredite*” (Jo 17.21).

Vale ressaltar, o que Gottfried Brakemeier⁶², expõe sobre o CMI, parte da “*ecumene*”. Com ousadia afirma que o CMI quer ser um centro de cooperação e encontros e não uma superigreja, e que o ecumenismo é apenas um dos cinco blocos temáticos do Conselho, missão e educação ecumênica.⁶³

Aqui já se vislumbra a visão luterana do diálogo ecumênico, pois muitas organizações são membros atuantes do CMI, um exemplo são as muitas igrejas ligadas à FLM. A ICAR, por meio de determinadas organizações internas, participa de algumas atividades do CMI, mas não é membro. A FLM traz nos seus estatutos, de maneira clara, sua visão e percepção do ecumenismo. Foi criada em 1947 em Lund, na Suécia. Hoje, considera-se uma comunhão de igrejas de tradição luterana com grande parte de suas igrejas-membro fazendo parte do CMI. Atualmente conta com 142 igrejas membros em 79 países ao redor do mundo, com cerca de 70 milhões de fiéis.⁶⁴

O Secretário-geral da FLM, o pastor chileno Martin Junge, em entrevista publicada no *L'Osservatore Romano*, declarou:

Embora conscientes da persistência de grandes diferenças de opinião - sobre a sucessão apostólica, sobre o conceito dos sacramentos (especialmente a eucaristia) e sobre questões mais recentes, como a ordenação de mulheres - a vontade expressa pela Comissão luterana-católica romana sobre a unidade através do documento do conflito para a comunhão exorta a não desistir frente a obstáculos e a continuar o caminho já iniciado. A busca da unidade vai sendo internalizada na vida diária das nossas Igrejas, fato que constato com grande alegria.⁶⁵

⁶⁰ https://www.oikoumene.org/pt?b_start:int=20

⁶¹ OIKOUMENE. Disponível em: <<https://www.oikoumene.org/en>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁶² BRAKEMEIER, Gottfried. “*Preservando a unidade do Espírito no vínculo da paz*”: um curso de ecumenismo. São Paulo: ASTE, 2004.

⁶³ BRAKEMEIER, 2004, p. 42.

⁶⁴ THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. Disponível em: <<https://www.lutheranworld.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

⁶⁵ O Secretário-geral da FLM, em entrevista publicada no *L'Osservatore Romano*, 23-06-2017. Trad. Luisa Rabolini.

Essa expressão de abertura ao diálogo ecumênico do documento da FLM acerca do Ministério e Ordenação mostra a tendência em grande parte do âmbito luterano de partilhar convicções ecumênicas, o que corrobora a tendência encontrada CMICL, cuja função é a de continuar e incentivar o empenho do ecumenismo no mundo.

3.3 Situação do diálogo mundial Católico-Luterano- 50 anos de história

No último relatório da CMICL, os trabalhos, nestes 50 anos, foram divididos em quatro fases, e está na sua fase atual, cujo fruto é o relatório DCAC, que serviu como um instrumento para uma comemoração conjunta entre os católicos e luteranos por ocasião dos 500 anos da Reforma em 2017. Vercruyssé comenta: “É útil que se observe aqui o vínculo existente entre o diálogo em escala internacional e os de âmbito nacional, particularmente na Alemanha e na consulta teológica católico-luterana nos Estados Unidos da América (*Lutherans and Catholics in Dialogue*), que influenciaram o diálogo internacional”.⁶⁶

Um grande reflexo destes diálogos foi a celebração conjunta em Lund, Suécia, com a presença de Sua Santidade o Papa Francisco e o Presidente da FLM, o Bispo Dr. Munib A. Younan, que no dia 31 de outubro de 2016 assinaram a histórica Declaração Conjunta Luterano-Católica do Conflito a Comunhão, dando início a um ano, onde ambas as igrejas comemoram os 500 anos da Reforma Religiosa do século XVI. Por ocasião da Reforma Luterana, da qual trataremos especificamente no momento oportuno, aqui, foi feito um apelo aos cristãos e cristãs de ambas as tradições a que se esforcem pelo diálogo e convivência fraterna:

Apelamos a todas as paróquias e comunidades luteranas e católicas para que sejam corajosas e criativas, alegres e cheias de esperança no seu compromisso de prosseguir na grande aventura que nos espera. Mais do que os conflitos do passado, há de ser o dom divino da unidade entre nós a guiar a colaboração e a aprofundar a nossa solidariedade. Estreitando-nos a Cristo na fé, rezando juntos, ouvindo-nos mutuamente, vivendo o amor de Cristo nas nossas relações, nós, católicos e luteranos, abrimo-nos ao poder de Deus Uno e Trino. Radicados em Cristo e testemunhando-O, renovamos a nossa determinação de ser fiéis arautos do amor infinito de Deus por toda a humanidade.⁶⁷

⁶⁶ VERCRUYSSÉ, Jos. *Introdução à Teologia Ecumênica*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 85.

⁶⁷ VATICANO. *Viagem apostólica do Papa Francisco à Suécia* - (31 de outubro - 1º de novembro de 2016). Oração Ecumênica na Catedral Luterana de Lund - Homília do Santo Padre. Lund, segunda-feira, 31 de outubro de 2016.

Em sua obra “Ministros do diálogo”, Elias Wolff descreve:

O seminário deveria funcionar como uma espécie de extensão (e não interrupção!) da formação acadêmica para o diálogo ecumênico/inter-religioso. A formação da atitude dialógica deve ir além da doutrina do diálogo. Deve orientar os jovens vocacionados e presbíteros para que os conceitos adquiridos se transformem em comportamentos que correspondam às aspirações da unidade. Isso implica desenvolver uma personalidade ecumênica nos ministros da Igreja, com atitudes de diálogos e tolerância.⁶⁸

3.4 Comissões Bilaterais

O próprio termo já indica por si só a importância, para o diálogo ecumênico, das comissões bilaterais. O diálogo, a conversa, se torna o ponto central, pois, os dois lados têm problemas nascidos na caminhada pastoral e o que é comum pode ser partilhado e meditado.

A eclesiologia de comunhão traz o fundamento teológico do diálogo. E sem saber escutar e compreender o outro, também não saberemos falar e sermos compreendidos. “Os diálogos bilaterais constituem uma etapa importante e insubstituível no caminho ecumênico”.⁶⁹

3.4.1 Comissão Mista Católico Romana e Evangélico Luterana

No pragmático discurso de abertura do Concílio Vaticano II (9/10/1962) o Santo Padre João XXIII anunciou formalmente que uma das grandes finalidades do encontro seria: “a união dos cristãos [...] e no início da Constituição sobre a Sagrada Liturgia declara-se que o Concílio tem a intenção de favorecer tudo o que possa contribuir para a união dos que creem em Cristo”.⁷⁰

A CMICL surge como resposta a uma das dimensões que o Concílio Vaticano II ansiava: o diálogo ecumênico. A Igreja não mais queria contra-atacar como

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161031_omelia-svezia-lund.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁶⁸ WOLFF, Elias. *Ministros do diálogo: o diálogo inter-religioso na formação presbiteral*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 87.

⁶⁹ VERCROYSSSE, 1998, p. 90.

⁷⁰ VATICANO. *Discurso do Papa João XXIII na 36ª Congregação Geral por ocasião da Conclusão da Primeira Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 7 de dezembro de 1962. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621207_end-i-session.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

percebemos no Concílio de Trento que é chamado até de Concílio da Contrarreforma. Não se propõe esta discussão aqui, mas sim enxergar como a Reforma favoreceu o surgimento de uma necessidade de abertura ao moderno. “O movimento ecumênico veio quebrar esse império cultural pré-moderno introduzindo elementos de modernidade”.⁷¹ Há o reconhecimento de que as relações com o sobrenatural, nas diversas formas que o sagrado assume na sociedade humana (na CMICL o Cristianismo), condicionam os estilos, as normas e a práxis do homem nas suas relações uns com os outros e com a natureza.

3.4.2 Pontifício Conselho Para a Promoção da Unidade dos Cristãos

O organismo que representa a ICAR nas Comissões de diálogo entre diferentes igrejas é o PCPUC. Os Pontifícios Conselhos ajudam, com as Congregações da Cúria Romana, a inserção da Igreja em diversas áreas e assuntos do mundo contemporâneo. No caso do PCPUC, a função é a de aplicar-se com participações, intervenções e iniciativas ao empenho ecumênico para buscar a unidade entre os que creem em Jesus Cristo. Esta busca pela unidade traz consigo problemas relacionados à fé, temos então a estreita ligação do PCPUC com a Congregação para a Doutrina da Fé. Seu atual presidente é o Cardeal suíço Kurt Koch. Em 31 de outubro de 2017, o PCPUC e a FLM, publicaram um comunicado conjunto, agradecendo à Deus e ressaltando os acontecimentos desta comemoração conjunta da Reforma Protestante.

3.5 Abordagens do conceito ‘ecumenismo’

Irei tomar o termo abordado num sentido de ‘modo de lidar com algo’, ou seja, diferentes paradigmas de pensamento e prática que podem influenciar a ideia de unidade e diálogo proposto pelo movimento ecumênico. Deter-nos-emos nas visões da FLM e da ICAR.

⁷¹ LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 35.

3.5.1 A ICAR no ecumenismo: *Unitatis Redintegratio*

Quando a ICAR se abre ao assunto, temos dois documentos importantes para o ecumenismo, que vislumbram a perspectiva para formação de Comissões Mistas de diálogo: o Decreto UR⁷² - sobre o ecumenismo - e a Declaração *Nostra Aetate*⁷³ sobre o diálogo inter-religioso, apesar de muito se confundir sobre estes dois conceitos, no entanto, existem diferenças substanciais entre eles.

Falar de uma “interpretação da ICAR no ecumenismo oficial”, é voltar os olhos para o Vaticano II, principalmente no seu Decreto UR sobre o ecumenismo. A ICAR, tardiamente, decide discutir e propor a sua participação concreta nos movimentos ecumênicos.

Já no próêmio do Decreto, observamos o motivador deste documento: “Quase todos, se bem que de modo diverso, aspiram a uma Igreja de Deus una e visível, que seja verdadeiramente universal e enviada ao mundo inteiro, a fim de que o mundo se converta ao Evangelho e assim seja salvo, para glória de Deus”.⁷⁴

O Evangelho é colocado como ponto central da unidade da Igreja. No capítulo I, temos os princípios católicos do ecumenismo, a saber, a unidade da Igreja e a ruptura da unidade da Igreja: laços de união entre todos os cristãos.

No primeiro tópico, temos várias passagens bíblicas nos discursos de Jesus, quando o evangelista João nos relata na passagem: “*Para que todos sejam um, como tu, Pai, em mim e eu em ti; para que sejam um em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste*” (Jo 17.21) ele quer mostrar que a unidade vem de Deus, primeiramente em Deus Pai que envia seu Filho, Jesus Cristo e a sua perpetuidade permaneceria com o envio do Seu Espírito Santo. Ora a Unidade da Igreja tem seu fundamento na Trindade Santa. No segundo tópico, temos o que a UR entende como ‘movimento ecumênico’: “entende-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos”.⁷⁵

⁷² VATICANO. *Decreto Unitatis Redintegratio*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/archive/.../vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html>. Acesso em: 11 mar. 2017.

⁷³ VATICANO. *Declaração Nostra Aetate*, http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html. Acesso em: 11 mar. 2017.

⁷⁴ DENZINGER; HÜNERMANN, 2006, n. 4186.

⁷⁵ VATICANO II: *Constituições, decretos, declarações. Decreto Unitatis Redintegratio*, 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1968. n. 4, p. 314-317.

Aqui se colocam dois pontos para favorecer a unidade: Eliminar palavras, juízos que tornam mais controversas a relação entre os cristãos, um vislumbre da necessidade de uma hermenêutica ecumênica; e o diálogo entre peritos competentes, onde se encaixa as comissões bilaterais de diálogo.

Podemos afirmar que a definição do ecumenismo dentro da ICAR está no capítulo II, sobre a prática do ecumenismo, que versa a respeito do trabalho de toda Igreja como sua renovação, considerando sua importância e necessidade como um aspecto da conversão do coração de todos os fiéis ancorados em oração pela unidade dos irmãos e irmãs separados, constituindo assim uma forma de educação à ecumenicidade. Este último ponto merece destaque, pois, trabalhando, renovando, convertendo o coração, formando, conhecendo, estaremos, claramente, praticando o ecumenismo entre os cristãos.

Todos os cristãos professem diante do mundo inteiro a fé em Deus uno e trino, no Filho de Deus encarnado, nosso Redentor e Salvador. Por um esforço comum e em estima mútua deem testemunho da nossa esperança, que não confunde. Visto que nos nossos tempos largamente se estabelece a cooperação no campo social, todos os homens são chamados a uma obra comum, mas com maior razão os que creem em Deus, sobretudo todos os cristãos assinalados com o nome de Cristo.⁷⁶

E, por fim, temos no capítulo III, a expressão de ‘comunidades separadas no ocidente’, surge a expressão ‘irmãos separados’ que no discurso ecumênico da ICAR é enfatizada, muitas comunidades católicas, ao falar de outras igrejas, utilizam-se ainda desta locução para se referirem aos irmãos de outras denominações cristãs.

A UR no número 12 declara: “Visto que estas Igrejas e Comunidades eclesiais, por causa da diversidade de origem, doutrina e vida espiritual não só diferem de nós, mas também diferem consideravelmente entre si, descrevê-las de modo adequado é um trabalho muito difícil, que não entendemos fazer aqui”.⁷⁷

E nos coloca quatro pontos de unidade para a cooperação ecumênica entre católicos e os irmãos separados do Ocidente:

⁷⁶ VATICANO II: *Constituições, decretos, declarações*. UR, 1968, n.12.

⁷⁷ VATICANO II: *Constituições, decretos, declarações*. UR, 1968, n.12.

Quadro 2: Elementos da UR

1) A confissão de Cristo.	2) O estudo da Sagrada Escritura.	3) A vida Sacramental, batismo, ceia.	4) Liturgia e Moral.
---------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------	----------------------

Fonte: elaborado pelo autor

E conclui com uma bela, mas, prudente, exortação:

Este sagrado Concílio deseja insistentemente que as iniciativas dos filhos da Igreja católica juntamente com as dos irmãos separados se desenvolvam; que não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência; e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo. Além disso, declara estar consciente de que o santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e a capacidade humana. Por isso, coloca inteiramente a sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo.⁷⁸

O sacerdote Elias Wolff faz uma excelente discussão acerca do Concílio antes da aprovação do documento⁷⁹, em que nos mostra que a Igreja Romana iniciou tardiamente sua abertura ao diálogo ecumênico, suas definições, a prática para com os destinatários por assim dizer do ecumenismo.

3.5.2 *Ecumenismo como diversidade reconciliada*

Começo a falar da concepção de ecumenismo como “*Diversidade Reconciliada*” lembrando de um artigo resposta que Harding Meyer fez a um artigo de Gerhard Thiel, na revista *Estudos Teológicos*.⁸⁰ Senti o ardor de Meyer na causa ecumênica, e a percepção de que realmente existe o ‘diálogo’, a ‘recepção’, mas o ‘consenso’ foi posto em xeque. Ao ponto de o autor declarar: “a mera repetição de um equívoco jamais transformou um equívoco numa verdade, e vi a fineza da ironia no tema da resposta”.

O artigo de Gerhard Thiel tinha como tema “Algumas pinceladas em torno da ecumenicidade da FLM” e Meyer responde “Alguns retoques nas pinceladas de Gerhard Thiel”⁸¹, e que reforça, ao ler a indignação de um autor luterano, defensor de

⁷⁸ VATICANO II: *Constituições, decretos, declarações*. UR, 1968, n.24.

⁷⁹ WOLFF, Elias. *Unitatis Redintegratio Dignitatis Humanae Nostra Aetate*: textos e comentários. São Paulo, SP: Paulinas, 2012. p. 23-29.

⁸⁰ THIEL, Gerhard. Algumas pinceladas em torno da ecumenicidade da Federação Luterana Mundial. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 29, n. 3, p. 237-254, 1989.

⁸¹ MEYER, Harding. Alguns Retoques nas Pinceladas de Gerhard Tiel. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 30, n. 2, p. 165-168, 1990.

um ecumenismo na diversidade reconciliada, fez buscar entender que o diálogo em comissões oficiais deve partir sim do desejo de que na diversidade se encontre e se faça a reconciliação.

Um conceito desta abordagem seria, como escreveu Gottfried Brakemeier, na apresentação desta obra de Meyer em português: “diversidade reconciliada é mais do que um projeto. É uma perspectiva, uma ideia orientadora”.⁸² Agora que já expliquei o que me fez buscar entender o conceito de Diversidade Reconciliada (um diálogo, recebido, sem consensos), voltarei ao fundamental. Como enxergar na CMICL, a unidade na “diversidade reconciliada”?

Deve significar um olhar concreto para o que nos une, sendo que não todas as doutrinas têm o mesmo peso, o que a UR chama de “Hierarquia das Verdades”, o que permite um olhar mais ponderado quando ao que diverge. Não se trata de criticar ou simplesmente absorver coisas, mas sim, conhecer, amar e dialogar verdadeiramente.

A FLM, em 1977, foi a primeira que acolheu a concepção de “unidade na diversidade reconciliada”. Essa concepção descrevia o caminho para a unidade comum. Nas atas da assembleia realizada em Dar-Es-Salam em 1977, pela FLM, traduzido por Luís Marcos Sander, o original foi publicado em alemão, temos o cerne deste termo de “unidade na diversidade reconciliada”:

É um caminho de encontro vivo, experiência espiritual em conjunto, diálogo teológico e correção mútua, no qual a respectiva particularidade do parceiro não se perde, mas se purifica, transforma e renova, tornando-se, assim, visível e aceitável para o outro como expressão legítima do ser cristão e da fé una. As diversidades não são apagadas. Também não são simplesmente conservadas e mantidas sem alterações. Elas perdem, antes, seu caráter divisor e são mutualmente reconciliadas.⁸³

Na mesma celebração citada acima o Papa Francisco, comenta, em forma de pedido, a diversidade reconciliada como caminho de unidade. “Graças ao Espírito Santo, inspirador e guia do ecumenismo, o sentido mudou e ficou indelevelmente traçado um caminho novo e, ao mesmo tempo, antigo: o caminho da comunhão reconciliada, rumo à manifestação visível daquela fraternidade que já une os crentes.”⁸⁴

⁸² MEYER, Harding. *Diversidade Reconciliada: o projeto ecumênico*. Trad. Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 7.

⁸³ MEYER, 2003 apud DARESSALAM, 1977, p. 205.

⁸⁴ ‘PEREGRINAÇÃO, 2018, s/p.

3.6 Diálogo, Recepção e Consenso

Apesar do diálogo ecumênico, dentro de comissões bilaterais, ter avançado, digamos, institucionalmente, era de se pensar que os conceitos de, recepção e consenso estejam claros e plenamente utilizados. Na realidade, nem sempre! Há um ciclo constante de avanços e retrocessos, comuns em qualquer diversidade, ainda mais, quando se coloca esta diversidade no âmbito da unidade, a “unidade da diversidade reconciliada” de Meyer. O diálogo foi a palavra-chave na década de 1960, a recepção na década de 1980 e a partir de 1980 o consenso⁸⁵, mas aqui poderíamos utilizar um termo próprio do trabalho exegético, que, na crítica textual, chamamos de quiasmo.⁸⁶ Sim, uma sequência ecumênica, que assim poderia ser representado:



Percebe-se que o diálogo busca a receptibilidade nos diferentes confessionalismos que se conversam, está receptibilidade visa o consenso, que gera novamente o diálogo. Christine Lienemann-Perrin, em sua obra: *Missão e diálogo inter-religioso*⁸⁸, nos apresenta o que ela chama de facetas do diálogo, a saber:

⁸⁵ MEYER, 2003, p. 58.

⁸⁶ Existem diferentes quiasmos, aqui quero aplicar o conceito linguístico, onde há uma disposição cruzada da ordem das partes, para que formando paralelos gere reflexão.

⁸⁷ Alusão ao ano da assinatura da Declaração Conjunta Sobre a Doutrina da Justificação, assinada em 31/10/1999; e a visita histórica do Papa Francisco em Lund, Suécia, onde com a Federação Luterana Mundial iniciaram uma Comemoração conjunta pelos 500 anos da Reforma (relatório do Conflito à Comunhão).

⁸⁸ LIENEMANN-PERRIN, Christine. *Missão e Diálogo inter-religioso*. Trad. Walter O. Schulupp. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 73-75.

Quadro 3: Facetas do Diálogo

1) a disposição de se expor ao estranho;	2) dar nova expressão à fé (cristã) a partir do encontro;	3) formar uma comunhão de vida e de serviço com pessoas de outras religiões, abrindo-se para o testemunho recíproco e	4) atentar para sempre a necessária diferenciação. ⁸⁹
--	---	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Sem pessimismos, o diálogo, é o início do caminhar do ecumenismo que um dia nos levará à perseverança. No ousado quiasmo acima, percebemos que na base está o - A - Diálogo (1960-2017), que perpassando pela recepção – B-, coloca ao centro o - C - Consenso, e isso deve ser dinâmico. E, secundariamente, o A busca o B que busca o C, daí a ideia de ‘movimento ecumênico’.

Como vimos, o consenso é central, não é a finalidade do diálogo ecumênico, mas é necessário, que neste termo se resguarde a diversidade, o que não deve impedir a reconciliação. Meyer faz três afirmações sobre o consenso ecumênico: 1- “a unidade plena entre igrejas exige anuência, e onde há acordo deve-se viver a unidade”; 2-“a aprovação precisa corresponder à essência dessa unidade, ou a unidade será falseada”. 3- “O consentimento da unidade eclesiástica não visa eliminar forçosamente todas as diferenças, há necessidade de distinguir entre aquilo em que é necessário o assentimento e aquilo em que não.⁹⁰

A ICAR, na revisão de seu diretório para a prática do ecumenismo, reforça uma frase de João Paulo II, papa da época:

A amplitude do movimento ecumênico, a multiplicação das declarações de diálogo, a necessidade urgente que é sentida por uma maior participação de todo o povo de Deus neste movimento e a conseqüente necessidade de informações doutrinárias precisas, em vista de um compromisso adequado, tudo isso requer que as diretrizes atualizadas sejam dadas sem demora.⁹¹

⁸⁹ LIENEMANN-PERRIN, 2005, p. 86.

⁹⁰ MEYER, 2003, p. 72

⁹¹ PONTIFÍCIO Conselho para Promoção da Unidade dos Cristãos. *Diretório para aplicação de princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1993.

3.7 Documentos oficiais da Comissão Mista Internacional Católica Romana e Evangélica Luterana⁹²

A CMICL, em 2017, de maneira oficial, celebrou 50 anos, que levaram receptividade e consensos a novos diálogos e que se seguem. Apresento, sucintamente, os documentos elencados no relatório DCAC. Os documentos que estavam em inglês, por não terem sido traduzidos para o português, foram traduzidos livremente, com auxílio de dicionário online.⁹³

O diálogo foi iniciado em 1967, tendo como fruto o documento EI (1972). A fase II foi fecunda e produziu seis documentos de alta qualidade teológica e ecumênica. O Jesuíta Jos Vercruysse⁹⁴, elucida os documentos *A Ceia do Senhor* e do *Ministério da Igreja*. A fase III a Comissão se volta à eclesiologia que culmina na fase IV com a Declaração Sobre a Doutrina da Justificação em 1999 (DSDJ).⁹⁵

Os passos do diálogo da CMICL:

3.7.1 Primeira fase do diálogo: 1967-1972

- 1) **O Evangelho e a Igreja⁹⁶ (1972)** - Será analisado detalhadamente no capítulo IV.

3.7.2 Segunda fase do diálogo: 1973-1984

O diálogo continuou, e a Comissão internacionalizou-se ainda mais. Decidiu-se estudar três temas: Eucaristia; Ministério Episcopal e os caminhos rumo à comunhão.

⁹² PCPUC; FLM. *Do Conflito à Comunhão: comemoração conjunta Católico-Luterana da Reforma em 2017*. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: Edições CNBB, 2016. p. 94.

⁹³ Tradução nossa com auxílio do DICTIONARY Cambridge online. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

⁹⁴ VERCRUYSSSE, 1998.

⁹⁵ “Recordamos a história dos diálogos teológicos internacionais, promovidos por nossas denominações desde 1967. Estes diálogos, em 31 de outubro de 1999, levaram ao ato solene de assinatura da Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, entre a Santa Sé e a Federação Luterana Mundial, marco histórico do nosso caminhar sob a promessa da plena comunhão”. WOLFF, Elias. *O diálogo internacional Católico-Luterano*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/o-dialogo-internacional-catolico-luterano>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

⁹⁶ COMISSÃO Mista Nacional Católica-Luterana. *O Evangelho e a Igreja*. 1972.

- 1) **A Ceia do Senhor**⁹⁷ (1978): documento traduzido ao português pela Comissão Mista Nacional Católico-Luterana em 1978, e que nos apresenta, já na introdução, o cerne deste profundo documento: “a necessidade de uma perscrutação profunda [...] sua urgência torna-se dolorosamente consciente, sobretudo em face da separação existente na ceia da unidade: da plena unidade dos cristãos faz parte a comunhão eucarística que pressupõe unidade da fé”. Divide-se em duas partes: Testemunho Comum e Tarefas Comuns.
- 2) **Todos sob um mesmo Cristo**⁹⁸ (1980): Elaborado para comemorar o quinto centenário do nascimento de Martin Lutero é uma tentativa de celebrar e valorizar a Confissão de Augsburgo. Divide-se em partes que giram em torno da Confissão já citada: 1) A Confissão de Augsburgo foi escrita num contexto e uma Igreja que não se considerava ainda dividida; 2) A Confissão queria testemunhar a fé da Igreja, e não fundar uma nova Igreja; 3) A Confissão como explicitação da fé comum.
- 3) **Caminhos rumo à comunhão**⁹⁹ (1980): ‘Esse documento dá continuidade ao estudo de temas que não foram possíveis serem aprofundados no *Relatório de Malta*, o qual dizia: “ocorre percorrer a via das aproximações graduais, na qual são possíveis diversos estágios”.¹⁰⁰ A Comissão compreendia que para continuar no caminho era necessário ter clareza tanto sobre “o fim quanto sobre os passos concretos rumo à unidade”¹⁰¹ Divide-se em duas partes: unidade como fim e espaços concretos rumo à unidade.
- 4) **O ministério pastoral na Igreja (1981)**: Aborda a prática pastoral na Igreja Católica e luterana, e observa, apesar de ser um tema discutido num terreno pantanoso, muitos aspectos até então considerados católicos ou luteranos, são descobertos como herança comum, perdendo o caráter de

⁹⁷ COMISSÃO Mista Nacional Católica-Luterana. *A Ceia do Senhor*. São Leopoldo: Sinodal, 1978.

⁹⁸ COMISSÃO Mista Internacional Católica-Luterana. *Todos sob um mesmo Cristo*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteúdo/igreja-católica-romana/icar/todos-sob-um-mesmo-cristo>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁹⁹ COMISSÃO Mista Nacional Católica-Luterana. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Caminhos rumo à comunhão, vol. 42, fasc. 165, n. 73, 1982. s/p.

¹⁰⁰ COMISSÃO Mista Nacional Católica-Luterana. *Revista*, 1982, s/p.

¹⁰¹ WOLFF, Elias. *O diálogo internacional Católico-Luterano*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/o-dialogo-internacional-catolico-luterano>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

divisão. O objetivo do documento é esclarecer a doutrina e prática do ministério pastoral, sem desconsiderar as diferenças. Não busca explicação exaustiva das concepções comuns'.¹⁰²

5) **Martinho Lutero, testemunha de Jesus Cristo**¹⁰³ (1983): Este documento tem a mesma motivação do 'Todos sob um mesmo Cristo'. Valorizando a evolução histórica das igrejas, se faz uma nova análise do pensamento dos reformadores. Divide-se em cinco partes: Do conflito à reconciliação, testemunha do evangelho, o conflito e o cisma na igreja, a recepção das exigências da Reforma e heranças e responsabilidades.

6) **A unidade diante de nós. Modelos, formas, fases da união entre as Igrejas**¹⁰⁴ (1984): Examina o centro da unidade, afirma que sem a unidade não se chega ao reconhecimento da necessidade de uma única fé, trilhando a via sacramental. Divide-se em duas partes: a natureza da unidade e modelos de união e formas e fases da união entre as igrejas católica e luterana.

3.7.3 Terceira fase do diálogo: 1986 – 1993

1) **Igreja e Justificação**¹⁰⁵ (1993): Aborda a busca da comissão em examinar a ligação entre eclesiologia e comunhão. "a terceira fase será consagrada ao estudo da eclesiologia".¹⁰⁶ Divide-se em seis capítulos: I - III – Igreja e justificação, IV – Igreja como mediadora e recebedora da salvação, V – VI - Missão e o cumprimento da igreja.

3.7.4 Quarta fase do diálogo: 1995-2006

1) **A Apostolicidade da Igreja (2006)**: Neste rico documento luteranos e católicos concordam em um nível básico sobre o que configura uma igreja

¹⁰² WOLFF, 2017, s/p;

¹⁰³ WEBER, Bertholdo. Comissão Mista Internacional Católica-Luterana. *Revista Caminhando*, vol. 2, n. 2, p. 21-29, 2010.

¹⁰⁴ Roman Catholic/Lutheran Joint Commission. Facing Unity. Models, Forms and Phases of Catholics-Lutherans Church Fellowship. Published by The Lutheran World Federation, 1985.. (Título-Tradução nossa)

¹⁰⁵ Roman Catholic/Lutheran Joint Commission. Church and Justification. Published by The Lutheran World Federation, 1994. (Tradução nossa.)

¹⁰⁶ VERCRUYSSÉ, 1998, p. 85.

apostólica e eles reconhecem, cada um com acentos característicos, a verdadeira apostolicidade das igrejas uns dos outros. O documento oferece, em primeiro lugar, um exame cuidadoso dos textos do Novo Testamento relativos aos apóstolos e os principais aspectos da apostolicidade (Parte 1) e, em seguida, expõe o resultado das investigações de três perspectivas específicas sobre a apostolicidade, nomeadamente como um atributo da igreja (Parte 2), como característica do ministério da igreja (Parte 3) e como uma qualidade decisiva dos professores e doutrinas que nossas igrejas exigem para permanecer na verdade do evangelho (Parte 4).¹⁰⁷

2) A Declaração conjunta sobre a Doutrina da Justificação (31/10/99):¹⁰⁸ O tema da Justificação sempre foi de muito valor para os Luteranos, por isso, no diálogo entre católicos e luteranos na Comissão Bilateral, não podia ser diferente. A DCSDJ é fruto de diálogo e consenso relativo.

É isso o que pretende a presente Declaração Conjunta. Ela quer mostrar que, com base no diálogo, as Igrejas luteranas signatárias e a Igreja católica romana estão agora em condições de articular uma compreensão comum de nossa justificação pela graça de Deus na fé em Cristo. Esta Declaração Comum (DCSDJ) não contém tudo o que é ensinado sobre justificação em cada uma das Igrejas, mas abarca um consenso em verdades básicas da doutrina da justificação e mostra que os desdobramentos distintos ainda existentes não constituem mais motivo de condenações doutrinárias.¹⁰⁹

3.7.5 A partir de 2007

1) Do conflito à Comunhão (2016) - Será analisado detalhadamente no capítulo 4 abaixo.

¹⁰⁷ THE Apostolicity of the Church: Study Document of the Lutheran-Roman Catholic Commission on Unity. Mineapolis: Lutheran University Press, 2006. (citação traduzida - utilizando o Dictionary Cambridge on line. Disponível em: <www.oikoumene.org>. Acesso em: 14 jul 2018

¹⁰⁸ PCPUC e FLM. Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação. In: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html Acesso em: 10 jan. 2019

¹⁰⁹ DE MORI, Geraldo. *Declaração conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. Belo Horizonte: Faje, Departamento de Teologia, 2017.

Procurou-se neste capítulo, de maneira sucinta, demonstrar os caminhos do ecumenismo, principalmente, os que levaram às formações de Comissões bilaterais de diálogo, no caso, a Comissão Católica Romana/Evangélica Luterana. As abordagens do ecumenismo e quais os aspectos e perspectivas realmente fazem que uma comissão funcione e os organismos que representam as denominações e compõem a comissão, isto é, o Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos e a Federação Luterana Mundial. De maneira implícita e explícita, sem desprezar a eclesiologia própria de cada uma, olhando para a unidade na diversidade, poderei seguir para alguns frutos no próximo capítulo, o primeiro documento e o fruto atual, para não dizer último, pois, não será. Então temos: *O Evangelho e a Igreja* e o relatório *Do Conflito à Comunhão*.

4 O EVANGELHO E A IGREJA E DO CONFLITO À COMUNHÃO, CAMINHOS PARA UMA HERMENÊUTICA ECUMÊNICA

Neste capítulo, irei explicar os dois documentos da Comissão Internacional, o primeiro, EI e o atual, DCAC de maneira mais profunda, para entendermos a linguagem presente nos documentos e seus tópicos principais nestes 50 anos de diálogo católico-luterano. Em seguida, busca-se demonstrar que os documentos bilaterais católico-luteranos *O Evangelho e a Igreja (EI - 1967)* e *Do Conflito à Comunhão (DCAC - 2016)* revelam conexões entre si que demonstram tanto coerência quanto crescimento.

4.1 Uma Introdução

Toda comissão de diálogo bilateral não começa do nada, e a comissão católico-luterana, surgiu com impulso ecumênico do Vaticano II, com o decreto UR e da caminhada da FLM já presente no movimento ecumênico, nasceu, dentre outros motivos, como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos. Não podemos citar seus documentos sem antes ressaltarmos a grande importância que tem o CMI dentro do movimento ecumênico do século XX.

A fundação do CMI estava prevista para 1941, mas por adversidades político-sociais que o mundo enfrentava na época, só aconteceu em 1948. “O CMI lembra enfaticamente a urgência do ecumenismo em épocas de privatização e isolacionismo, sendo por isso um instrumento indispensável na vida das igrejas”.¹¹⁰

Em 1960, o Papa João XXIII já havia criado o secretariado para a promoção da unidade dos cristãos, e em 1964 o Papa Paulo VI promulga o decreto UR, que, além de ser um sinal profético da ICAR ao diálogo ecumênico, entre tantas coisas afirma: “Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior”.¹¹¹

Resultados de diálogos entre vários organismos, tais como, CMI e do importante Decreto UR podem ser citados, no Brasil, como o CONIC, as Campanhas da Fraternidade Ecumênicas (no Brasil). E na ICAR criações de Comissões Anglicano-

¹¹⁰ BRAKEMEIER, Gottfried. *Perseverando na unidade do Espírito no vínculo da paz*. São Paulo; ASTE, 2004. p. 47.

¹¹¹ DENZINGER; HÜNERMANN, 2006, n. 4194

católico romano e a católico-luterana.¹¹² Estes dois eventos, foram os responsáveis para o surgimento dos documentos que serão apresentados a seguir.

4.2 O Evangelho e a Igreja¹¹³

Um dos frutos da abertura ecumênica propiciada pela UR foram as comissões bilaterais de diálogo, tanto nacionais como internacionais. Internacionalmente falando, são várias as Comissões (Comunhão Anglicana, Federação Luterana Mundial, Conselho Metodista Mundial, entre outras comissões de diálogo bilateral). Neste aspecto, o diálogo entre luteranos e católicos teve força no Sul do Brasil, com a comissão Nacional Católico-Luterana, que fez a tradução do documento EI, conhecido como O Relatório de Malta. Com cinco encontros, o último na Ilha de Malta, surge o escrito *O Evangelho e a Igreja*¹¹⁴, o qual apresentaremos aqui os seus principais aspectos.

Quadro 4: Estrutura do documento

1- Evangelho e Tradição	2- O Evangelho e o mundo	3- O Evangelho e o Ministério eclesial	4- O Evangelho e a Unidade da Igreja
-------------------------	--------------------------	--	--------------------------------------

Fonte: elaborado pelo autor

Percebe-se que o Evangelho é o centro do documento para uma reflexão eclesial. Ressalta-se na introdução que é apenas um documento, fruto de diálogos, e não um documento dogmático. Vejamos agora as subdivisões de cada capítulo.

I Evangelho e Tradição

A questão do Evangelho: A Escritura sempre foi causa de divergências e separação entre católicos e luteranos, isso se modificou através da história, mas não cessou. A moderna Teologia bíblica conclama que devemos situar a questão do

¹¹² ALMEIDA, J. C.; MANZINI, R.; MAÇANEIRO, M. (Orgs.). *As janelas do Vaticano II. A Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Editora Santuário, 2013. p. 290-296.

¹¹³ COMISSÃO Mista Nacional Católico-Luterana. *O Evangelho e a Igreja: Relato de Malta*. 1972. p. 1-15.

¹¹⁴ CMNCL, 1972. p. 1-15.

evangelho de modo novo. “A Unidade das Igrejas só pode ser unidade na Verdade do Evangelho”.¹¹⁵

A Pregação de Jesus e o querigma cristão primitivo: “A relação da Sagrada Escritura constitui um problema central, os conceitos de interpretação bíblica e tradição, em particular com as Igrejas protestantes”.¹¹⁶ É o que se percebe neste tópico, há uma contradição tênue sobre a relação do Evangelho e Tradição, que o documento prefere chamar de tradição primitiva. A Tradição para a ICAR pertence ao Magistério e não como comunicação, há uma tensão entre os conceitos de tradição.

Crítérios para a pregação eclesial: Esses critérios surgem para distinguir o que é legítimo do que não é. O critério primário é que o Espírito Santo manifeste o evento salvífico - Cristo -.¹¹⁷ Para luteranos, a Palavra é Cristo isso demonstra uma autoridade própria, Palavra é viva, e o anúncio é a forma normal da interpretação. Para católicos, o critério da interpretação da Palavra está no Magistério e mostra sua unidade. Ambos, porém, anunciam a Cristo, com as Escrituras Sagradas, asseguram a ação dos cristãos.

Centro do Evangelho e Hierarquia das Verdades: Aqui se põe uma convergência entre católicos e luteranos, onde os luteranos alertam a autenticidade do testemunho.¹¹⁸

O Problema da Doutrina da Justificação: Aqui temos muitos debates sobre o tema da Justificação pela fé entre católicos e luteranos, esses debates foram imprescindíveis para a futura DCSDJ em 1999. É o resumo de mais de trinta anos de diálogo consensual entre luteranos e católicos romanos.¹¹⁹

Evangelho e Direito Eclesial: Se reforça que as normas da Igreja buscam garantir a Salvação dos fiéis. Os luteranos esperavam com certa ansiedade que a reforma do Código de Direito Canônico realizasse uma aproximação ecumênica.

¹¹⁵ COMISSÃO Mista Nacional Católico-Luterana, 1972, n. 13.

¹¹⁶ LATOURELLE, Rene; FISICHELLA, Rino. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes: Aparecida: Santuário, 1994. p. 254.

¹¹⁷ COMISSÃO Mista Nacional Católico-Luterana, 1972, n. 14

¹¹⁸ UR 11: Ao mesmo tempo, a fé católica deve ser explicada mais profunda e corretamente, de tal modo e com tais termos que possa ser de facto compreendida também pelos irmãos separados. Ademais, no diálogo ecumênico, os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem juntamente com os irmãos separados os divinos mistérios, devem proceder com amor pela verdade, com caridade e humildade. Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou «hierarquia» das verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente. Assim se abre o caminho pelo qual, mediante esta fraterna emulação, todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e a uma exposição mais clara das insondáveis riquezas de Cristo.

¹¹⁹ DENZINGER; HÜNERMANN, 2006, n.5073.

II O Evangelho e o mundo

Aqui três pontos se entrelaçam: A importância do mundo para a compreensão do Evangelho; o significado do Evangelho para o mundo e o caráter histórico do Evangelho. Aqui percebemos que católicos e luteranos colocam o mundo como o *locus* próprio do Evangelho. E no mundo, inspirados pelo Espírito Santo que surgiu a experiência viva com Jesus Cristo. “É a partir do próprio mundo que, em parte, conquistamos uma compreensão mais profunda da riqueza e da plenitude do Evangelho.”¹²⁰

III O Evangelho e o Ministério Eclesial

O ponto de partida comum: a partida de um ponto comum é que se constata que a questão do ministério é um problema a ser resolvido. Para a pregação do Evangelho supõe-se que haja ministros.

O valor normativo da origem: Neste ponto se faz uma fundamentação bíblica, com passagens, exclusivamente, do Novo Testamento. “Por isso os carismas são constitutivos da instituição da Igreja. O evangelho só pode ser salvaguardado pela cooperação e interação, por vezes cheias de tensões”.¹²¹

O desenvolvimento histórico da estrutura da igreja: Aqui vemos que a história levou à tripartição do ministério da ordem e conclama católicos a se “abrirem à ação profética de hoje, dando lugar à liberdade e à opinião pública” sem desligar-se do Magistério.¹²²

A compreensão da sucessão apostólica: Aqui há um paradoxo, onde se aceita e se valoriza historicamente com ressalvas, a sucessão apostólica.

Possibilidade de um reconhecimento mútuo dos ministérios eclesiais e para uma interpretação da doutrina tradicional do evangelho: vislumbra-se a possibilidade de que o ministério luterano seja reconhecido. Esse reconhecimento, segundo o documento, daria à unidade ecumênica. “Que a ICAR examine seriamente a questão do reconhecimento do ministério luterano”.¹²³ O ministério para católicos é sacramento, para os luteranos sacramentos são, exclusivamente, o Batismo e a Santa Ceia. O sacerdote deve como tarefa primeira pregar o Evangelho e administrar os

¹²⁰ CMNCL, 1972, n. 42.

¹²¹ CMNCL, 1972, n. 53.

¹²² CMNCL, 1972, n. 56.

¹²³ CMNCL, 1972, n. 63-64.

Sacramentos, já para o ministro luterano, conforme a Confissão de Augsburgo, a pregação das Escrituras são precisamente a identidade da igreja e a tarefa do ministro.

O anúncio do Evangelho é despertar a fé para que seja despertada e fortalecida.¹²⁴

IV O Evangelho e a Unidade da Igreja

Já no início deste capítulo temos uma ressalva verdadeira e desanimadora, de que a comissão não pode tratar adequadamente o assunto.¹²⁵ O assunto é o primado do Bispo de Roma, onde os luteranos até que valorizam uma estrutura organizada, mas, o primado do papa não pode substituir o primado do Evangelho.

A Intercomunhão: Após colocações breves sobre a comunhão eucarística para católicos e luteranos, temos o número setenta e três que gerou muitas ressalvas postas no final do Relatório de Malta, principalmente na recomendação às autoridades eclesásticas, possibilitem atos ocasionais de intercomunhão.¹²⁶

Cabe aqui um comentário sobre o relatório de Malta, pois, desde o Concílio Vaticano II (1962-1965) convocada pelo então Papa João XXIII, a igreja católica sempre manteve um anseio de voltar às origens do Cristianismo, ou seja, quebrar as barreiras que foram se formando ao longo da História, mais especificamente no ano de 1517, com um sacerdote agostiniano, Martin Lutero, que buscava combater um falso pietismo existente na Igreja com as vendas de indulgências. Este documento é a concretização do que a FLM e a ICAR buscaram na CMICL, demonstrar que “muitas comunhões cristãs são a herança verdadeira de Jesus Cristo”.¹²⁷

4.3 Relatório do Conflito à Comunhão¹²⁸

Antes de explanar a estrutura e a mensagem do Relatório comemorativo DCAC, citarei o que o então Papa João Paulo II escreveu na *Encíclica Ut Unum Sint de 25 de maio 1995*, no número 38, que resume o que o Relatório propôs fazer:

¹²⁴ CMNCL, 1972, n. 60.

¹²⁵ CMNCL, 1972, n. 65.

¹²⁶ É interessante ler as ressalvas no fim do Relatório.

¹²⁷ DENZINGER; HÜNERMANN, 2006, n. 4192.

¹²⁸ PCPUC e FLM. Do Conflito à Comunhão. Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2016. *Relatório da Comissão Luterana-Católica Romana para Unidade*. Trad. Érico Hammes. Brasília: Edições CNBB, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2015. (edição conjunta).

A este propósito, o diálogo ecumênico que estimula as partes nele envolvidas a interrogarem-se, compreenderem-se e explicarem-se reciprocamente permite surpreendentes descobertas. As polêmicas e as controvérsias intolerantes transformaram afirmações incompatíveis aquilo que, de fato, eram dois olhares ocupados a perscrutar a mesma realidade, porém de dois ângulos distintos. É necessário hoje encontrar a fórmula que, recolhendo a realidade em toda sua integridade, permita superar leituras parciais e eliminar interpretações errôneas.¹²⁹

O relatório *DCAC*, foi uma iniciativa da Comissão Internacional representando a FLM e o PCPUC para celebrar conjuntamente os 500 anos da Reforma Protestante. O próprio nome já sugere o que será trabalhado, ou seja, o que nos une é maior do que nos separa.

Estrutura do Documento:

- 1- Comemoração da Reforma numa era ecumênica global;
- 2- Novas Perspectivas sobre Martinho Lutero e a Reforma;
- 3- Um esboço histórico da Reforma Luterana e a Resposta Católica;
- 4- Temas básicos da teologia de Lutero à luz dos diálogos Luteranos-Católicos Romanos;
- 5- Chamados à comemoração comum;
- 6- Cinco imperativos ecumênicos.

A tradução para o português do relatório, traz em seu prefácio, que a alegria da comemoração, não deve obscurecer um diálogo sério do passado e do hoje.¹³⁰ Sua introdução já esclarece a natureza do relatório:

O próximo ano de 2017 desafia católicos e luteranos a discutirem, em diálogo, os temas e as consequências da Reforma de Wittenberg, centrada na pessoa e no pensamento de Martinho Lutero, e elaborar perspectivas para recordar e apropriar-se da Reforma hoje. A agenda da Reforma de Lutero representa um desafio teológico e espiritual tanto para católicos quanto para luteranos.¹³¹

O que se pode entender por *uma era ecumênica e global?*¹³² A resposta é clara, porque vivemos num mundo onde a informação e acontecimentos são

¹²⁹ DENZINGER; HÜNERMANN, 2006, n. 5003.

¹³⁰ PCPUC e FLM, 2015, p. 10.

¹³¹ PCPUC e FLM, 2016, p. 12.

¹³² Os termos em negrito representam os títulos dos capítulos, com exceção do VI.

transmitidos no momento exato que está acontecendo nos jornais, revistas, sites, que dão suas opiniões como se fossem doutos no assunto. Vivemos a globalização, um mundo de redes sociais, comunicacionais, econômicas e culturais. É o que podemos entender por “*Era global*”, termo proposto ao primeiro capítulo. Já a “*Era ecumênica*”, pode-se enxergar dois pontos, um positivo e outro negativo. O primeiro é que o diálogo na diversidade religiosa é eficaz, rápido e tecnológico, as fronteiras dos discursos teológicos acadêmicos estão sendo superadas por tecnologias educacionais. O segundo é que com o avanço tecnológico, os discursos e ações podem se relativizar e o diálogo ecumênico torna-se mais um assunto no meio de tantos outros discursos proferidos em multidão.

Na comemoração conjunta, há uma mudança de perspectiva, tanto da parte católica como luterana. “Será necessário levar ambos os pontos de partida a sério, de maneira a relacionar as duas perspectivas de modo a poderem entrar em diálogo”.¹³³ O termo “*Reforma*” precisa ser reformulado por ambas as igrejas deve ser revista e questionada em suas características:

Como então será recordada a história da Reforma em 2017? Daquilo que foi motivo de luta entre as duas profissões no século XVI o que merece ser preservado? Nossos pais e mães na fé estavam convencidos de que havia algo pelo que valia a pena lutar, algo necessário para a vida com Deus. Como a tradição, muitas vezes esquecida pode ser posta ao alcance de nossos contemporâneos, de tal modo que não permaneçam apenas objetos de interesse de antiquário, mas apoiem uma existência cristã vibrante? Como as tradições podem ser passadas de forma a não abrir novas divisões entre os cristãos de diferentes confissões?¹³⁴

Estes questionamentos devem obter respostas que, mesmo com divergências, não sejam divisionistas. Responder, para unir e não dividir, e isso exige uma crítica séria e comprometida, onde o ecumênico realmente tenha a recepção necessária. “A animosidade de oposições confessionais prejudica a credibilidade cristã”.¹³⁵

Muito do que parecia oposição, divergência e distanciamento num contexto, pode ganhar diferentes expressões em outro contexto. Isso não é negar os acontecimentos, mas perceber que os seus significados estão presos a seus

¹³³ PCPUC e FLM, 2016, p. 15.

¹³⁴ PCPUC e FLM, 2016, p. 16-17.

¹³⁵ PCPUC e FLM, 2016, p. 17.

contextos. E manter a fidelidade aos fatos não impede reinterpretá-los para ver a continuidade, ou não, do seu significado na história.¹³⁶

O Pe. Hubertus Blaumeiser¹³⁷, que esteve presente na assinatura da DSDJ e na assinatura em Lund, do *relatório DCAC*, nos apresenta novas *perspectivas sobre Martinho Lutero e a Reforma*, Padre Hubertus, explana um novo rosto do reformador para católicos e luteranos.

Citando o escrito de Lutero, *Segundos Comentários aos Salmos*, nos faz uma pergunta peculiar: Após 500 anos o que Martinho Lutero pode nos oferecer? Responde que as questões eclesiais não eram fundamentais para Lutero, mas uma eclesiologia de um sacerdócio comum de todos os crentes sim. A leitura derrubou as imagens clássicas do reformador, que fundava suas raízes na grande tradição eclesial.

Lutero se vê influenciado por outros autores, não só Agostinho, mas os monásticos como Bernardo de Claraval, etc., isso tem sido observado hoje nos estudos sobre o reformador. Os limites do reformador eram de ser uma pessoa impetuosa, com decisões radicais. Mas é preciso desmoronar preconceitos, há a necessidade de entender a teologia do reformador a partir de suas raízes, com uma abordagem diferente da teologia clássica católica, mas, todavia, do patrimônio que temos em comum, que de um lado nos desafia, e de outro pode nos enriquecer. Esta é precisamente a perspectiva do documento *DCAC*.¹³⁸

Apresentar um *esboço Histórico da Reforma Luterana e a Resposta Católica* não é tarefa fácil, mas o DCAC já esclarece o que é a Reforma, desde a antiguidade passando pela Idade Média tardia até o século XVI: “O termo Reforma veio a ser usado para designar o complexo de eventos históricos que, no sentido mais restrito, abrangeram anos de 1517 a 1555, portanto do tempo em que Martinho Lutero publicou as 95 teses até a Paz de Ausburgo”.¹³⁹

Faz-se uma abordagem rápida sobre a controvérsia das indulgências e o processo contra Lutero, as tentativas de reconciliação até sua excomunhão.

¹³⁶ WOLFF, Elias. A Reforma de Lutero, 500 anos depois: a perspectiva da sua catolicidade a partir do documento “Do Conflito à Comunhão”, da Comissão Internacional Católica-Luterana. *Revista Horizonte* - PUC-Minas, v. 14, n. 44, p. 1230-1249, out. /dez. 2016, p. 1233.

¹³⁷ Sacerdote da Diocese de Ausburgo, perito católico sobre Lutero, docente do *Istituto Universitario Sophia, Incisa Val d’Arno*.

¹³⁸ BLAUMEISER, Hubertus. palestra sobre: *Novas perspectivas sobre Martinho Lutero e a Reforma*, ministrada no Simpósio Mariológico Ecumênico, PUC-Curitiba, 1 de setembro de 2017.

¹³⁹ PCPUC; FLM, 2015, p. 26.

Em 1521 na Dieta de Worms, Lutero afirmou que estava de acordo com a Santa Igreja Romana mas ele não poderia retratar-se sem ser convencido com base na Escritura de que estava errado.¹⁴⁰ E continuou insistindo de que pensava e ensinava segundo a doutrina da Igreja Romana.

O conflito em torno das indulgências transforma-se na questão da autoridade da Bíblia que ‘tirava’ o poder da Cúria Romana. Para Lutero a autoridade da Bíblia, se resumia, surge o que podemos chamar de princípio da ‘Autoridade da Bíblia’, como “*Sola Scriptura*” que tem “*Solus Christus*” como centro.

O pensamento de Lutero, visto a partir de hoje, reflete o seu cuidado pastoral com o texto bíblico. A Bíblia não é apenas um alimento para nos suprir diariamente, mas é o Pão que vem dos Céus. O professor e monge Martinho Lutero nos conduz para as Escrituras Sagradas para que cada pessoa a leia e possa interpretá-la, não oferecendo uma solução hermenêutica objetiva, mas sua única solução vem de um Deus que escreve e exige ser interpretado, quem ele é e o que ele quer está nas suas Escrituras e somente os exegetas poderão sabe-lo.

Por pressuposto, este princípio até hoje traz certas dificuldades ao diálogo religioso com outras denominações cristãs, principalmente com a tradição católico-romana que vê a Escritura como fonte de revelação ao lado da Tradição, que interpreta oficialmente a Bíblia para seus membros.

Com a questão da autoridade da Bíblia, muitos sacerdotes aderiram a Lutero, e com isso fez surgir a necessidade de uma supervisão. A tradução da Bíblia para o alemão fez, no pensamento do reformador e seus seguidores, que a Palavra estaria nas mãos do povo, realmente houve uma grande transformação com a imprensa nascente.

Lutero escreveu seu Catecismo Menor¹⁴¹ dedicado ao público em geral, e seu Catecismo Maior¹⁴² dedicado aos pastores e pessoas mais dotas.

Nos catecismos, o Reformador não é movido pela intenção explícita de fundamentar esse ministério. Além disso, não podemos retirar suas manifestações sobre “o fazer” do contexto histórico e teológico em que estão inseridas. O que importa é perceber, no Catecismo Maior, o cerne da teologia

¹⁴⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS E FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Do Conflito à Comunhão*. Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Relatório da Comissão Luterana – Católico-Romana para a Unidade. Brasília: Edição Conjunta Edições CNBB e Editora Sinodal, 2015. p. 28.

¹⁴¹ LUTERO, Martim. *Catecismo Menor*. 20. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2015. (Versão popular).

¹⁴² LUTERO, Martim. *Catecismo Maior*. São Leopoldo: Sinodal: Porto Alegre: Concórdia, 2016. (Edição conjunta).

da Reforma e a lógica de como esta é apresentada, incluindo o lugar devido das boas obras. Nesse sentido, o referido escrito é uma indispensável e riquíssima fonte de inspiração para o ministério cristão da solidariedade.¹⁴³

O relatório nos fala das *tentativas para superar o conflito religioso* com a Confissão de Augsburgo¹⁴⁴, houveram refutações, mas chegou-se à paz de Augsburgo em 1555, que deu uma certa ‘liberdade’ aos luteranos e católicos de conviverem no mesmo país (aos reformados e Anabatistas não se aplicava o acordo), adotando o “*cuius regio, eius religio*”, ou seja, a quem governa o país compete impor a religião. Princípio consagrado pela Paz de Augsburgo (1555).

O capítulo III do DCAC *apresenta um esboço Histórico da Reforma Luterana e a resposta Católica*, logo, dá grande importância ao Concílio de Trento (1545-1563), este Concílio, trabalhou vários temas que também circundavam os escritos de Lutero, tais como: Sagrada Escritura e Tradição, Justificação, os Sacramentos em geral, o Batismo e a Crisma, Sacramento da Ordem, Matrimônio, indulgências, Sacrifício da missa, purgatório, etc. Todos assuntos ligados a Reforma, haja vista, que o Concílio de Trento aconteceu aproximadamente, 15 anos após a excomunhão de Lutero em 3 de janeiro de 1521 com a Bula “*Decet Romanum Pontificem*”.¹⁴⁵ “O estabelecimento de estados-nações seculares, com fortes contornos confessionalísticos foi um fardo herdado do período da Reforma”.¹⁴⁶ Mas a esperança renasceu com o Concílio Vaticano II com a UR.

O Capítulo IV aborda os *termos básicos da Teologia de Lutero à luz dos Diálogos-Católicos-Romanos* contextualiza o período da Reforma, destaca-se os temas principais, com muita clareza e minúcia à ação do Espírito Santo do DCAC, o que está centrado são os temas: Justificação, Eucaristia e os Ministérios, Escritura e tradição. As discussões se dão em três passos: 1- A Perspectivas de Lutero em cada um dos temas teológicos 2-Segue-se uma breve preocupação católica sobre os

¹⁴³ GAEDE NETO, Rodolfo. Leitura diaconal do Catecismo Maior de Martim Lutero. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 41, n. 1, p. 78-93, 2001. p. 80.

¹⁴⁴ Observemos uma vez o texto da Confissão de Augsburgo. Dando uma rápida olhada, constatamos que a Confissão de Augsburgo abrange 28 artigos que estão divididos em duas partes. Na primeira parte (artigos 1-21) deparamo-nos com “Artigos de fé e de doutrina”. Na segunda parte (artigos 22-28) deparamo-nos com “Artigos sobre que há divergência e em que se trata dos abusos que foram corrigidos”. Das duas espécies do sacramento (22), Do matrimônio dos sacerdotes (23), Da missa (24), Da confissão (25), Da distinção de manjares (26), Dos votos monásticos (27), Do poder eclesiástico (26) 22. 52 (28). No final são abordados, sumariamente, temas como, indulgências, peregrinações, excomunhão, etc Resumo pessoal dos tópicos e sub-tópicos. In: <http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-confissao-de-augsburgo>

¹⁴⁵ DENZINGER; HÜNERMANN, 2006, n. 1449

¹⁴⁶ PCPUC e FLM, 2016, p. 40.

pontos e 3- resumo de como a doutrina de Lutero foi trazida para a conversa com a doutrina católica junto com o diálogo ecumênico. Esta última sessão destaca o que foi afirmado conjuntamente e identifica as diferenças remanescentes.¹⁴⁷

No Capítulo V, *chamado à comemoração comum*, começa elucidando o tema central de todo DCAC que é o Batismo como base para a unidade e a comemoração comum. E começa a preparar a comemoração conjunta e vai colocar como pano de fundo, a alegria de participar do mesmo e único Evangelho. Depois apresentam os lamentos, a oração pela unidade, apresentam “*um mea culpa*” e analisam o que faltou nos diálogos que fizeram tantas pessoas sofrerem.

Porque Jesus Cristo, antes de sua morte rezou ao Pai “que eles sejam um”, fica claro que a divisão do corpo de Cristo é contrária à vontade do Senhor. Contradiz também a expressa admoestação apostólica que escutamos em Efésios 4,3-6: “solícitos em guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz. Há um só corpo e um só Espírito, como também é uma só a esperança à qual fostes chamados. Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos, acima de todos, no meio de todos e em todos”. A divisão do corpo de Cristo é contrária à vontade de Deus.¹⁴⁸

4.4 Os Cinco Imperativos Ecumênicos¹⁴⁹

Começarei este tópico intercalando com cada imperativo citações de documentos diversos, já para mostrar a intertextualidade, que é um instrumento para uma hermenêutica ecumênica. Perceberemos que textos de épocas e autores distantes estão de maneira implícita demonstrando as mesmas ideias, valores, que o pensar ecumênico segue e deve continuar a trilhar o caminho da unidade.

1. **Primeiro imperativo:** Mesmo que as diferenças sejam mais facilmente visíveis e experienciadas, a fim de reforçar o que existe de comum, católicos e luteranos devem sempre partir da perspectiva da unidade e não da perspectiva da divisão.

Os católicos são convidados a corresponder, seguindo a orientação de seus pastores, com solidariedade e gratidão, aos esforços empreendidos por muitas igrejas e comunidades eclesiais e organizações em que cooperam para restabelecer a unidade dos cristãos. Onde este trabalho encontrar oposições ou impedimentos por atitudes sectárias ou atividades que levam a

¹⁴⁷ PCPUC e FLM, 2015, p. 42-44.

¹⁴⁸ PCPUC e FLM, 2015, p. 85-86.

¹⁴⁹ PCPUC e FLM, 2016, p. 90-91.

divisões ainda maiores aos que confessam o nome de Cristo, que os católicos sejam pacientes e perseverantes.¹⁵⁰

2. **Segundo imperativo:** Luteranos e católicos precisam deixar-se transformar continuamente pelo encontro com o outro e pelo testemunho mútuo da fé.

Eis porque se tornam altamente importantes os canais ecumênicos existentes, a exemplo do CONIC e de outros órgãos semelhantes, além das iniciativas tomadas no nível local ou regional. A “Oração em favor da unidade dos cristãos” tem reunido as diversas comunidades e desenvolvido extraordinária dinâmica. Da mesma forma deveriam ser exploradas as possibilidades de encontros e seminário conjuntos, bem como as de cooperação em questões práticas e sociais. A humanidade necessita da diaconia ecumênica de cristãos e cristãs.¹⁵¹

3. **Terceiro imperativo:** Católicos e luteranos devem comprometer-se outra vez na busca da unidade visível, para compreenderem juntos o que isso significa em termos concretos, e buscar sempre de novo esse objetivo.

Pergunta-se: Quando estará de fato alcançado um consenso doutrinal? E, quanto consenso é necessário para real comunhão eclesial? Também sob esta perspectiva, pois, confirma-se a necessidade de desenvolver uma hermenêutica ecumênica, incumbida de estudar as condições e possibilidades de entendimento entre as igrejas. Tal estudo deverá incluir não somente os dissensos dogmáticos do passado, como também fatores contextuais, estruturais avanços teológicos e outros.¹⁵²

4. **Quarto imperativo:** Luteranos e católicos busquem juntos redescobrir a força do Evangelho de Jesus Cristo para o nosso tempo.

Compreende-se, assim, a permanente relação entre as Escrituras e o movimento ecumênico desde as origens deste. Ambos aspiram a unidade e aspiram o caminho que a ela conduzem: o respeito, o diálogo, a tolerância, a acolhida e a cooperação. Ambos exigem a comunhão nas verdades sobre a fé, sobre a Igreja, sobre Deus, sobre o ser humano. As Escrituras e o movimento ecumênico referendam as iniciativas que vão nessa direção, ao mesmo tempo que rejeitam tendências e caminhos opostos. Afinal, ‘a unidade das igrejas só pode acontecer na unidade da verdade do evangelho’.¹⁵³

5. **Quinto imperativo:** Católicos e luteranos em sua pregação e serviço ao mundo, devem testemunhar juntos a graça de Deus.

¹⁵⁰ PCPUC, 2010, p. 28-29.

¹⁵¹ BRAKEMEIER, 2004, p. 54.

¹⁵² BRAKEMEIER, 2004, p. 83.

¹⁵³ WOLFF, Elias. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 41, jan./jun. 2011.

No serviço pastoral em suas comunidades, católicos e luteranos, através da pregação do Evangelho e de suas práticas, devem incentivar aos cristãos buscando uma cultura de diálogo e paz. Uma paz concreta que é percebida na unidade entre ambas. Elucida-se a necessidade de superar o escândalo da divisão para um bem maior, no Evangelho de Mateus 5,16: “Brilhe do mesmo modo a vossa luz diante dos homens, para que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem vosso Pai que está nos céus”¹⁵⁴

Mostrar as ações entre católicos e luteranos traz a exigência da coragem, colaboração mútua, “promovendo uma espiritualidade de comunhão”.¹⁵⁵

¹⁵⁴ A BÍBLIA de Jerusalém. 11. reimpressão. São Paulo: Paulus, 2016.

¹⁵⁵ PCUC. *Discurso do Cardeal Walter Kasper “Paz no mundo inteiro e diálogo entre os cristãos e religiões”*. Vaticano, 07 de janeiro de 2002.

5 INTRODUÇÃO DE DOCUMENTOS

O quadro sinótico tenta apresentar os tópicos que se repetem nos dois documentos, escritos em épocas e realidades diferentes. Primeiro os temas e depois o texto. Percebe-se neste primeiro quadro que os temas capitulares discorrem as mesmas ideias, o texto de 1967 é retrabalhado em 2017. Segundo, muitos textos se juntaram aos textos citados gerando um sentido renovado de acordo com o novo contexto social e político, palavras diferentes expressando ideias similares coordenadas num novo período histórico, um mosaico¹⁵⁶ de textos explícitos e implícitos, como diz Kristeva: “Qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é absorção e transformação de outro texto”.¹⁵⁷

Quadro 5: comparativo: Intertextualização de temas capitulares

O Evangelho e a Igreja (1967)	Do Conflito à Comunhão (2017)
1- O Evangelho e a Igreja (Título do Relatório).	1 - Olhando pra frente- O Evangelho e a Igreja (n. 211-217).
2 - O Evangelho e tradição (n. 14-34).	2 - Escritura e tradição (n. 195-210).
3 - O problema da Doutrina da Justificação (n. 26-30).	3 - Justificação (n.102-139).
4 - O Evangelho e o ministério (n. 44-64).	4 - Ministério (n. 162-194).
5 - O Evangelho e a Unidade da Igreja (Capítulo IV).	5 - Chamados à comemoração comum (Capítulo V).

Fonte: elaborado pelo autor.

¹⁵⁶ KRISTEVA, 1974. p. 64.

¹⁵⁷ KRISTEVA, Julia. Poética nº27, p.45-53 Apud CORRALES, Luciano. A intertextualidade e suas origens. PUCRS
Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/Xsemanadeletras/comunicacoes/Luciano-Corrales.pdf> >. Acesso em: 05 nov. 2018.

5.1 Intertextualização de textos

Quadro 6: Intertextualização implícita de textos¹⁵⁸

O Evangelho e a Igreja (1967)	Do Conflito à Comunhão (2017)
<p>T1- Na primeira reunião a comissão, propôs que se procurasse observar a repercussão do Relatório de Malta nos seguintes pontos:</p> <p>-Que colaboração entre católicos e luteranos é agora possível em nível local?</p> <p>-Quais os assuntos que necessitam de ulteriores estudos?</p> <p>-Em que extensão o movimento do mundo contemporâneo influencia as nossas relações e o nosso futuro? (prefácio,p. 3).</p>	<p>T¹⁵⁹1- Esse pluralismo põe um novo desafio para o ecumenismo, não tornando o ecumenismo supérfluo, mas, ao contrário, ainda mais urgente, uma vez que a animosidade de oposições confessionais prejudica a credibilidade cristã. A maneira como os cristãos lidam com diferenças entre eles pode revelar algo sobre sua fé a pessoas de outras religiões. Porque a questão de como resolver conflitos entre cristãos se coloca de forma especial por ocasião da recordação do início da Reforma, esse aspecto da mudança da situação do cristianismo merece atenção especial em nossas reflexões no ano de 2017. (n. 15).</p>
<p>T2- Destas considerações resultam, para os luteranos e para os católicos, consequências práticas. Todos os passos das Igrejas devem ser determinados pelo cuidado sério de se aproximar sua unidade. Na situação anormal de separação, na qual se encontram hoje nossas Igrejas, esta unidade não poderá ser restabelecida de uma vez. Deve-se tomar um caminho de aproximação progressiva, em que podem existir várias etapas. Desde agora, deve-se recomendar que as autoridades eclesásticas, partindo dos elementos comuns na fé e no sacramento e como sinal e antecipação da unidade prometida e esperada, possibilitem atos ocasionais de intercomunhão (por exemplo: por ocasião de encontros ecumênicos ou na pastoral de casais mistos). A falta de clareza acerca de uma doutrina comum do ministério ainda constitui uma dificuldade para acordos recíprocos de intercomunhão. Contudo, a realização de uma comunhão eucarística não pode ser colocada em dependência exclusiva do pleno reconhecimento do ministério eclesial. (n. 73).</p>	<p>T2-A Confissão de Augsburgo (1530) tentou resolver o conflito religioso nascido com a Reforma Luterana. A primeira parte (art. 1-21) apresenta o ensinamento luterano em sintonia com a doutrina da comunhão “Igreja Católica ou da Igreja Romana”. A segunda parte se ocupa das mudanças iniciadas pelos reformadores para corrigir certas práticas entendidas como “abusos” (art. 22-28), dando razões para mudar essas práticas. O final da primeira parte diz: “Esta é mais ou menos, a suma da doutrina entre nós. Pode ver-se que nela nada existe que divirja das Escrituras, ou da Igreja Católica, ou da Igreja Romana, até onde nos é conhecida dos escritores. Assim sendo, julgamos duramente os que requerem sejam os nossos tidos por hereges”. A Confissão de Augsburgo é um testemunho forte em favor dos reformadores luteranos em sua tentativa de manter a unidade da Igreja e permanecer na única igreja visível. Ao apresentarem explicitamente as diferenças como sendo de menor importância, fizeram algo parecido ao que chamaríamos hoje de consenso diferenciado (n. 69).</p>
<p>T3- No conjunto, os membros da comissão estão convictos de terem chegado, no quadro deste tema, a um acordo notável e de grande importância. Esse consenso não se estende apenas à compreensão teológica do Evangelho, à sua importância fundamental e àquilo que constitui o seu núcleo cristológico e soteriológico, mas também a pontos doutrinários e igualmente essenciais, até hoje</p>	<p>T3- Além de oferecer aos católicos uma compreensão melhor da teologia de Martinho Lutero, o diálogo ecumênico, junto com a pesquisa histórica e teológica, permitiu tanto a luteranos quanto a católicos uma compreensão melhor das respectivas doutrinas, seus maiores pontos de concordância e a identificação de questões que ainda precisam da continuação de conversações. A Igreja foi um tópico importante</p>

¹⁵⁸ A **intertextualidade implícita**: não é facilmente identificada pelos leitores; não estabelece uma relação direta com o texto fonte; exige que haja dedução, inferência, atenção e análise por parte dos leitores; exige que os leitores recorram a conhecimentos prévios para a compreensão do conteúdo. In: www.normaculta.com.br/intertextualidade-o-que-e-quais-os-tipos-de-intertextualidade/, acesso: 11/12/2018.

¹⁵⁹ Legenda quadro 6: T - significa texto.

<p>controvertidos. Sem dúvida, algumas dessas questões exigem ainda um esclarecimento posterior. Perguntamo-nos, entretanto, se as divergências, que subsistem, devem ainda ser consideradas como obstáculos para a comunhão eclesial e se as divergências nascidas dos desafios atuais que perpassam ambas as igrejas, não são pelo menos tão grandes como as divergências tradicionais entre as Igrejas luteranas e a Igreja Católica Romana. Essas questões nos causam uma preocupação comum, embora de pontos de vista diferentes, e apenas por um esforço conjunto poderão encontrar uma resposta. (n. 8).</p>	<p>nessas discussões. A natureza da Igreja foi um tópico muito debatido no tempo da Reforma. A primeira questão era a relação entre a ação salvífica de Deus e a Igreja, que tanto recebe quanto comunica a graça de Deus na palavra e no sacramento. Na primeira fase do diálogo internacional Luterano – Católico-Romano, o tema foi a relação entre o Evangelho e a Igreja. Por causa do relatório de Malta, assim como muitos outros documentos ecumênicos posteriores, hoje é possível entender melhor as posições luteranas e católicas e identificar tanto as compreensões comuns quanto as questões que requerem considerações futuras. (n. 211).</p>
---	---

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 7: Intertextualização explícita de textos¹⁶⁰

EI – 1967	DCAC – 2017
<p>Os contatos estabelecidos, por ocasião do Concílio Vaticano II, entre a Federação Luterana Mundial e a Igreja Católica Romana levaram à formação de um grupo misto que se reuniu em Estrasburgo em agosto de 1965 e abril de 1966. Oficialmente autorizado de parte a parte discutiu a questão dos contatos, colóquios e formas possíveis de trabalho em comum. (introdução).</p>	<p>Desde 1967, esta Comissão, nomeada pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (PCPUC) e a Federação Luterana Mundial (FLM), tem sido o maior fórum internacional para as discussões ecumênicas luterano – católico-romanas. Enquanto diálogo teológico bilateral tem contribuído para a busca da unidade visível do Corpo de Cristo. (prefácio, p. 08).</p>
<p>Assim, também para anunciar o Evangelho de um modo que responda às situações novas, é lhe presenteada a liberdade de se desprender de formas e formulações caducas. (n. 20).</p>	<p>A verdadeira unidade da Igreja só pode existir como unidade na verdade do Evangelho de Jesus Cristo. (prefácio, p.11).</p>
<p>Embora surja a possibilidade de um acordo considerável sobre o modo de compreender a doutrina da justificação, ainda se levantam neste particular as seguintes questões: qual a importância teológica desta doutrina? Acaso suas consequências para a vida e o ensino da Igreja são apreciadas do mesmo modo pelas duas partes? (n. 28).</p>	<p>Os resultados dessas pesquisas diálogos estão resumidos na Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação e foram oficialmente recebidos, em 1999, pela Igreja Católica Romana e a Federação Luterana Mundial. O relato a seguir está baseado nessa <i>Declaração</i>, que oferece um consenso diferenciado das posições comuns, ao lado dos acentos diferentes de cada lado, com o desejo de que essas diferenças não invalidem o que existe de comum. É, portanto, um consenso que não elimina as diferenças, mas, antes, explicitamente as inclui. (n. 123).</p>
<p>É por isso que os membros católicos da Comissão esperam que a reforma do direito eclesiástico seja empreendida de tal modo que, na Igreja, a função do direito e da instituição esteja a serviço da vida religiosa dos fiéis, proteja a liberdade e os direitos da</p>	<p>A comissão instalava algo assim como um governo da Igreja. Os superintendentes eram encarregados da supervisão dos ministros de uma determinada região e sua doutrina e modo de vida. Também examinavam a organização do culto e verificavam sua unidade. Em 1528, foi publicado um manual de ministros que abordava a maior parte dos</p>

¹⁶⁰ A **intertextualidade explícita:** é facilmente identificada pelos leitores; estabelece uma relação direta com o texto fonte; apresenta elementos que identificam o texto fonte; não exige que haja dedução por parte do leitor; apenas apela à compreensão dos conteúdos. In: www.normaculta.com.br/intertextualidade-o-que-e-quais-os-tipos-de-intertextualidade/, acesso: 13/12/2018.

<p>pessoa e que nem o direito nem a instituição se tornem um fim em si.</p> <p>Para os membros luteranos, é um sinal esperançoso que a revisão do <i>Codex Iuris Canonici</i> seja realizada num tempo de aproximação ecumênica. Além disso, esperam que, durante esta revisão, se tome consciência de que a codificação do direito eclesiástico católico, apesar de possuir um caráter obrigatório apenas para os membros da Igreja católica, tem consequências indiretas sobre o conjunto da cristandade. (n. 34).</p>	<p>problemas doutrinários e práticos. Esse manual teve um papel importante na história das confissões doutrinárias luteranas. (n. 61).</p>
<p>Ela deve testemunhar os atos salvadores de Deus, não apenas pela palavra e pelo sacramento, não só pelo anúncio verbal do perdão dos pecados, mas também carregando, no seguimento de Cristo, as fraquezas dos fracos e em se tornando solidária com os necessitados e oprimidos. O Evangelho é portanto, mais que uma mensagem: nele se manifesta o poder do Eschaton que, sob a forma da cruz, já está agindo em nosso mundo (cf. GS 37;38) (n. 40).</p>	<p>Os luteranos são gratos em seu coração por aquilo que Lutero e os outros reformadores lhes tornaram acessível: a compreensão do Evangelho de Jesus Cristo e a fé n'Ele; a compreensão do mistério que o Deus Triuno dá de si mesmo a nós seres humanos por graça e que pode ser recebido somente na confiança total na promessa divina; a compreensão da liberdade e certeza criada pelo Evangelho; a compreensão do amor que vem e é despertado pela fé, e da esperança na vida e na morte que a fé traz consigo e o contato vivificante com a Sagrada Escritura os catecismos e hinos que levam a fé para a vida. (n.225).</p>
<p>Ao longo da Igreja, verificam-se, no modo de conceber e de dar forma ao ministério oficial, modificações e desenvolvimentos notáveis, dos quais só tomamos consciência, recentemente, graças ao estudo da história. (n. 55).</p>	<p>Eu, porém, não me refiro ao estado atual em conventos ou fundações (...), mas o estado ao qual eu me refiro, é o que tem o ministério da pregação e o serviço da palavra e dos sacramentos, que dispensa o Espírito e a Salvação". Claramente, portanto, para Lutero, foi Deus quem estabeleceu o ofício do ministério. (n. 166).</p>
<p>Mas, de fato, a transmissão do ministério se dá de modo semelhante nas duas Igrejas: por uma imposição das mãos e por uma inovação dirigida ao Espírito Santo para que conceda seus dons para um bom exercício do ministério. Deste modo, apesar das divergências que ainda existem, há uma convergência real (sachlich). (n. 56).</p>	<p>As ordenações foram realizadas com orações e a imposição das mãos. Tanto a oração introdutória – pedindo que Deus enviasse operários para a colheita (Mt 9,38) – quanto a inovação do Espírito Santo deixavam claro: é somente Deus quem realmente age na ordenação. Na ordenação, o chamado de Deus envolve a pessoa inteira. Na confiança de que quem fez a oração terá uma resposta de Deus, o envio para a missão tem um lugar com as palavras de 1Pd 5,2-4. Numa das formulas de ordenação diz: "O ministério da Igreja é para todas as igrejas algo muito grande e importante e é dado e sustentado somente por Deus". (n. 168).</p>
<p>É por isso que os membros católicos da Comissão pedem às autoridades competentes da Igreja Católica Romana de refletir, se a urgência da situação ecumênica, que corresponde à vontade de Cristo sobre a unidade, não exige que a Igreja Católica Romana examine seriamente a questão do reconhecimento do ministério luterano. (n. 63).</p>	<p>Uma das questões remanescentes é se a Igreja Católica pode reconhecer o ministério das igrejas luteranas. Juntos, luteranos e católicos, podem elaborar a relação dos sacramentos, e o ofício daqueles que são ordenados para essa tarefa. (n.176).</p>
<p>O problema da celebração em comum da eucaristia, ou intercomunhão, apresenta-se hoje de modo novo. O reconhecimento mútuo das Igrejas progrediu e elas se tornaram mais conscientes de sua tarefa comum diante do mundo. Em vários lugares, fiéis de nossas Igrejas</p>	<p>O avanço decisivo se deu na superação da separação de <i>sacrificium</i> (o sacrifício de Jesus Cristo) do <i>sacramentum</i> (o sacramento). Se Jesus Cristo está realmente presente na Ceia do Senhor, então sua vida, sofrimento, morte e ressurreição presente na Ceia do Senhor é "o que faz</p>

se encontraram na Mesa eucarística e se convenceram de ter reencontrado comunhão no Senhor. Damo-nos conta que um comportamento inconsiderado e espiritualmente irresponsável cria obstáculos para uma solução definitiva. (n.69).	verdadeiramente presente o evento da cruz, definido como sacrifício propiciatório”. Não apenas o efeito do evento da cruz, mas também o próprio evento está presente na Ceia do Senhor, sem que a Ceia seja a repetição ou a complementação do evento da cruz. O único evento está presente na modalidade sacramental. (n. 159).
--	--

Fonte: Elaborado pelo Autor

5.2 Estruturação Global

Nos quadros acima percebe-se um conjunto de textos permeados por outros textos ligados em ideias centrais, como, O Evangelho e a Unidade da Igreja, ministérios, justificação, onde se apresentam convergências e divergências a partir do diálogo podemos chegar a uma conclusão, vejamos, como fica o documento o EI intertextualizado com o Relatório DCAC, cinquenta anos um do outro, mas a intertextualidade permite observarmos isso:

Quadro 8: Conclusão da Estruturação Global

“De que vale ficar pensando nas divergências, quando há convergências”.	“O Evangelho é o centro”.	“A busca pelo estudo teológico e esclarecimentos, não devem destruir o caminho que já foi feito”.
---	---------------------------	---

Fonte: elaborado pelo autor.

A intertextualidade exige uma análise profunda. Na intertextualização implícita, percebe-se que os conteúdos (convergentes ou divergentes) permeiam os textos de 50 anos de trabalho apresentando assim que muitas ideias e debates virão à tona. Há a mesma realidade na intertextualização explícita, porém, já temos as ideias mais concatenadas, não prontas, mas em processo. Os quadros, de maneira ampla, demonstram que os diálogos dos relatórios da CMICL são dinâmicos e produtivos.

6 CONCLUSÃO

Concluimos este trabalho final de Mestrado Profissional em Teologia, relembrando, as hipóteses por mim propostas no Projeto de Pesquisa, a saber:

1. Percebem-se avanços significativos, mas, os retrocessos se apresentam de maneira mais latente nas discussões atuais, principalmente, nas esferas do ecumenismo prático nas comunidades.
2. Com uma intertextualidade mais clara, perceber-se-á a necessidade de permanecer numa constante leitura e releitura do que nos une.
3. Na celebração das cinco décadas da Comissão Católico-Luterana, o espírito do diálogo ecumênico deve ser cada vez mais buscado e avançado.

Na primeira hipótese, percebe-se que os avanços acontecem sim, porém, estes avanços ficam na esfera eclesiástica e dificilmente chegam às comunidades espalhadas, pequenas e pobres. Este retrocesso se dá, segundo o presente trabalho, devido a muitos órgãos e comissões, por exemplo, no capítulo II, percebe-se grande número de grupos oficiais de estudo, o PCPUC, FLM, CMI, CLAI, entre outros, a pesquisa responde à primeira hipótese. Há o movimento ecumênico que gera consequências práticas que devem avançar.

Quanto à segunda hipótese proposta, é confirmada a importância da intertextualidade, tanto na área bíblica, como em todas as ciências humanas. Este entrelaçamento de um texto, a vários outros textos que formam um novo texto, é fundamental para a unidade, para o aprimoramento de uma Hermenêutica Ecumênica, a leitura e a releitura abre o pensar ecumênico em geral. Um texto nunca é um texto, e sim um conjunto de textos. Daí a necessidade de entender a intertextualidade e buscar, nos escritos, a nossa unidade, mesmo que não haja a devida recepção.

Terceira hipótese parece ser confusa, mas não. A celebração conjunta dos 500 anos da reforma e os cinquenta anos da CMICL é um sinal de que o Espírito Santo se faz presente e conduz o espírito do diálogo ecumênico. Que deve ser buscado, por causa de:

Diálogos teológicos entre católicos e luteranos -nós todos o sabemos-, houve a muito tempo, em grande número e variedade. Mas apenas raras vezes esses diálogos foram ou são feitos por incumbência oficial das Igrejas.

Juntamente este, permita-me a expressão, “algo mais” eclesiástico caracteriza o diálogo entre a FLM e a ICAR [...] A iniciativa deste empreendimento não partiu de alguns interessados, mas sim das cúpulas eclesiásticas.¹⁶¹

Se não pensarmos num ecumenismo que é conduzido pelo Espírito Santo, não adianta buscar e avançar.

Cresce na teologia cristã a propensão a inscrever o diálogo, respectivamente o ecumenismo, em horizontes trinitários. [...] O Espírito Santo, enfim, sopra onde quer. Desperta fé Abraâmica, amor samaritano e esperança para além da morte também fora do âmbito institucional cristão [...] O Espírito Santo não terá deixado vestígios também em outras culturas?¹⁶²

Sem estes requisitos não há caminhos para buscar o movimento Ecumênico e, principalmente, de avançar. No presente trabalho há acenos sobre este buscar, na análise da intertextualidade, que tenta funcionar no ecumenismo uma busca séria de doutrina e conhecimento teológico, para avançar cada vez mais, a Hermenêutica ecumênica.

Logo, conclui-se que as hipóteses foram respondidas adequadamente pelo Trabalho Final.

Continuando a conclusão, quero ressaltar a pergunta central proposta no projeto de pesquisa, há de se demonstrar, se foi alcançada ou não, vejamos:

Pergunta central de Pesquisa: *Quais perspectivas ecumênicas são apresentadas nos documentos estudados e com estas perspectivas como continuar o diálogo teológico-ecumênico entre as igrejas?*

A perspectiva ecumênica maior nesse estudo responde toda questão: A Centralidade do Evangelho. É no e com os Evangelhos que o diálogo ecumênico poderá continuar. Há também o crescimento de comissões bilaterais, que eclesiasticamente procuram a teologia do ecumenismo.

No documento *O EI*, observa-se muitas perspectivas, como, discussões em torno das convergências e divergências entre católicos e luteranos, apresenta temas como a questão do ministério, da sucessão apostólica, etc.

¹⁶¹ ALTMANN, Walter; WEBER, Bertholdo. *Desafios às Igrejas: Diálogo ecumênico em tempos de mudança*, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa Ecumênica de Estrasburgo-França. São Paulo: Loyola, São Leopoldo: Sinodal, 1976. p. 94.

¹⁶² BRAKEMEIER, 2004, p. 120.

Já no relatório DCAC é fruto do diálogo, uma comemoração conjunta entre católicos e luteranos, o reconhecimento das dificuldades das duas Igrejas e o pedido de perdão de ambas. Temos os cinco imperativos ecumênicos que conduz ao futuro, como diz a pergunta central, como continuar.

Resume-se nos documentos estudados neste trabalho, com o viés da intertextualidade:

- 1) A centralidade do Evangelho;
- 2) Olhar mais para o que nos une do que no separa;
- 3) Inserir uma hermenêutica ecumênica em toda área teológica;
- 4) Ressocializar os cristãos, num mundo que não crê. Um “novo modo” de ser cristão no mundo e na sociedade concretamente¹⁶³;
- 5) Agir na unidade, no diálogo e na perseverança o desejo de Jesus Cristo;
- 6) Continuar as discussões e seguir em frente.

O ecumenismo há de avançar com muitos trabalhos de comissões oficiais e organismos que incitam a busca da unidade, do diálogo e da paz. Por meio de uma hermenêutica ecumênica que responda questões e aponte resultados revisitados pela intertextualidade gerando esperança. “No cerne do ecumenismo estão questões hermenêuticas. Como ler, interpretar, compreender a Bíblia e a tradição? Eis o desafio para cada igreja em si, mas também para uma leitura em conjunto”¹⁶⁴, aqui a intertextualidade aponta como instrumento ecumênico para a uma leitura conjunta da palavra.

“A fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual solicitude uns com os outros. Se um membro sofre, todos os membros compartilham seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros compartilham da sua alegria. Ora, vós sois corpo de Cristo e sois seus membros, cada um por sua parte”. (1 Coríntios 12,25-27)¹⁶⁵.

¹⁶³ VIDAL, Marciano. *Teologia pública e o concílio Vaticano II: um “novo modo” de ser cristão no mundo*. Aparecida: Editora Santuário, 2014.

¹⁶⁴ SINNER, 2007, p. 143.

¹⁶⁵ A BÍBLIA de Jerusalém. 11. reimpressão. São Paulo: Paulus, 2016.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA de Jerusalém. 11. reimpressão. São Paulo: Paulus, 2016.

ALMEIDA, J. C.; MANZINI, R.; MAÇANEIRO, M. (Orgs.). *As janelas do Vaticano II. A Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Editora Santuário, 2013.

ALTMANN, Walter; WEBER, Bertholdo. *Desafios às Igrejas: Diálogo ecumênico em tempos de mudança*, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa Ecumênica de Estrasburgo-França. São Paulo: Loyola, São Leopoldo: Sinodal, 1976.

BAKHTIN, M. (Voloschinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Diana Luz Pessoa de et al. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Udesp, 2011.

BENTO XVI, Papa. Discurso ao Presidente da Federação Luterana Mundial em 07/11/2005. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedixvi/pt/speeches/2005/november/documents/hf_ben_xvi_spe_20051107_lutheran-federation.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAKEMEIER, Gottfried. *Preservando a unidade do Espírito no vínculo da paz*. São Paulo: ASTE, 2004.

CASAGRANDE, Wellington. *Hospitalidade Hermenêutica: entre a fragilidade e o compromisso, um caminho para o diálogo inter-religioso*. Trabalho Final [Mestrado Profissional em Teologia] São Leopoldo: EST/PPGTMP, 2018.

CAVALCANTE, Ronaldo. Resenha de: Rudolf von Sinner: Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, ano 48, n. 2, p. 200-206, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CMI. COMISSÃO DE FÉ E CONSTITUIÇÃO, CONIC. *Um tesouro em vasos de argila: instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica*. São Paulo: Paulus, 2000.

COMISSÃO Mista Internacional Católica-Luterana. *Todos sob um mesmo Cristo*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteúdo/igreja-catolica-romana/icar/todos-sob-um-mesmo-cristo>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

COMISSÃO Mista Nacional Católica-Luterana. *A Ceia do Senhor*. São Leopoldo: Sinodal, 1978.

_____. *O Evangelho e a Igreja: Relatório de Malta*. 1972.

COMPÊNDIO do Concílio Vaticano II: *Constituições, decretos, declarações*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONSELHO Pontifício para a Unidade dos Cristãos *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 4. ed. 2010.

DE MORI, Geraldo. *Declaração conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. Belo Horizonte: Faje, Departamento de Teologia, 2017.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. *Compêndio dos Símbolos, Definições e Declarações de Fé e Moral*. 40. ed. São Paulo: Paulinas, São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Dictionary Cambridge online. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FIORES, S. de; GOFF, T. (Orgs.). Ecumenismo Espiritual. In: *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 1994.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAEDE NETO, Rodolfo. Leitura diaconal do Catecismo Maior de Martim Lutero. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 41, n. 1, p. 78-93, 2001.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GOOGLE Imagens. Disponível em: [opiniaosemfronteiras.files.wordpress.com/2013/04/charge-papa.png](https://www.google.com/search?q=opiniaosemfronteiras.files.wordpress.com/2013/04/charge-papa.png)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

HISTÓRIA Livre. Disponível em: <<http://www.historylivre.com/moderna/lutero.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2018

ISENBERG, Horst. Überlegungen zur Texttheorie. In: ASG-Bericht Nr. 2, Berlin 1968.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Encíclica Ut Unum Sint de 25 de maio de 1995*.

KOCH, Ingedore G. Villaça et al. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

_____. Poética nº27, p.45-53 Apud Corrales, Luciano. A intertextualidade e suas origens. PUCRS

LATOURELLE, Rene; FISICHELLA, Rino. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes: Aparecida: Santuário,1994.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIENEMANN-Perrin, Christine. *Missão e Diálogo inter-religioso*. Trad. Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

L'Osservatore Romano, 06-08-2014. Reportagem de Giovanni Maria Vian.Sobre a *Ecclesiam Suam*: Primeira Carta encíclica de Sua Santidade Paulo VI. Trad. Moisés Sbardelotto.

L'Osservatore Romano, 23-06-2017. *Entrevista com o Secretário-geral da FLM*. Trad. Luisa Rabolini.

LUTERO, Martim. *Catecismo Maior*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2016. (Edição conjunta).

_____. *Catecismo Menor*. 20. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

MAGALHÃES FILHO, José Soares de. *A memória da literatura: o intertexto como memória nas culturas orais e escritas*. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Palavra e Imagem, Rio de Janeiro, UFF, n. 44, p. 347-358, 2012.

MARCUZZO, Patrícia. Diálogo Inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 36, junho de 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MEYER, Harding. Alguns Retoques nas Pinceladas de Gerhard Thiel. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 30, n. 2, p. 165-168, 1990.

_____. *Diversidade Reconciliada: o projeto ecumênico*. Trad. Luís Marcos Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

OIKOUMENE. Disponível em: <<https://www.oikoumene.org/en>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70,1989.

PAULO VI, Papa. *Ecclesiam Suam*: Primeira Carta encíclica de Sua Santidade Paulo VI. São Paulo: Paulinas, 1964.

PCPUC e FLM. *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. In: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html

_____. Do Conflito à Comunhão. Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2016. *Relatório da Comissão Luterana-Católica Romana para Unidade*. Brasília: Edições CNBB, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2015. (Edição conjunta).

_____. *Do Conflito à Comunhão: comemoração conjunta Católico-Luterana da Reforma em 2017*. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: Edições CNBB, 2016.

PCPUC. *Discurso do Cardeal Walter Kasper "Paz no mundo inteiro e diálogo entre os cristãos e religiões"*. Vaticano, 07 de janeiro de 2002.

PEREGRINAÇÃO Ecumênica do Papa Francisco a Genebra por ocasião do 70º Aniversário da Fundação do CMI, 2018. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180621_pellegrinaggio-ginevra.html>. Acesso em: 16 ago 18.

PONGE, Francis. *Douze petits écrits*. Paris: Editora Gallimar, 1942.

PONTIFÍCIO Conselho para a Unidade dos Cristãos. *Diretório para aplicação de princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1993.

REVISTA Eclesiástica Brasileira. Caminhos rumo à comunhão, vol. 42, fasc. 165, n. 73, 1982.

ROMAN Catholic/Lutheran Joint Commission. *Church and Justification*. Published by The Lutheran World Federation, 1994.

ROMAN Catholic/Lutheran Joint Commission. *Facing Unity. Models, Forms and Phases of Catholics-Lutherans Church Fellowship*. Published by The Lutheran World Federation, 1985

SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SOMMER, Jonas. *Na força do Espírito: uma análise intertextual de Joel 2,28-32 e Atos 2, 14-21*. Trabalho Final [Mestrado Profissional em Teologia]. São Leopoldo: EST/PPGTMP, 2015.

TEIXEIRA, Renato. *Irmãos da lua*. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/renato-teixeira/720578/>>. Acesso em 22 ago 2018.

THE APOSTOLICITY OF THE CHURCH. Study document the Lutheran-Roman Catholic Commission on Unity. Mineapolis: Lutheran University Press, 2006. (Tradução nossa - utilizando o Dictionary Cambridge on line)

THE LUTHERAN World Federation. Disponível em: <<https://www.lutheranworld.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

THIEL, Gerhard. Algumas pinceladas em torno da ecumenicidade da Federação Luterana Mundial. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 29, n. 3, p. 237-254, 1989.

TODA MATERIA. *Tipos de Intertextualidade*. Disponível em: <<http://www.todamateria.com.br/tipos-de-intertextualidade/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

VATICANO. *Decreto Unitatis Redintegratio*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/archive/.../vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html>. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. *Viagem apostólica do Papa Francisco à Suécia* - (31 de outubro - 1º de novembro de 2016). Oração Ecumênica na Catedral Luterana de Lund - Homilia do Santo Padre. Lund, segunda-feira, 31 de outubro de 2016. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161031_omelia-svezia-lund.html>. Acesso em: 19 jan. 2018.

VERCRUYSSE, Jos. *Introdução à Teologia Ecumênica*. São Paulo: Loyola, 1998.

VIDAL, Marciano. *Teologia pública e o concílio Vaticano II: um “novo modo” de ser cristão no mundo*. Aparecida: Editora Santuário, 2014.

WEBER, Bertholdo. Comissão Mista Internacional Católica-Luterana. *Revista Caminhando*, vol. 2, n. 2, p. 21-29, 2010.

WOLFF, Elias. *A Reforma de Lutero, 500 anos depois: a perspectiva da sua catolicidade a partir do documento “Do Conflito à Comunhão”, da Comissão Internacional Católica-Luterana*. *Revista Horizonte* - PUC-Minas, v. 14, n. 44, p.1230-1249. out. /dez. 2016.

_____. *A unidade da Igreja, ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Ministros do diálogo: o diálogo inter-religioso na formação presbiteral*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *O diálogo internacional Católico-Luterano*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/o-dialogo-internacional-catolico-luterano>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. *Unitatis Redintegratio Dignitatis Humanae Nostra Aetate: textos e comentários*. São Paulo, SP: Paulinas, 2012.

ZANON, D. *Para ler o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2012.

ANEXO I

MEMBROS DA CMICL¹⁶⁶

Luteranos

Bispo emérito Dr. Eero Huovinen (Co-Presidente), Finlândia

Rev. Prof^a Dr^a Wanda Deifelt, Brasil

Dr^a Sandra Gintere, Letônia

Prof. Dr. Turid Karlsen Seim, Noruega

Rev. Dr. Fidon R. Mwombeki, Tanzania

Prof. Dr. Friederike Nüssel, Germany

Prof. Dr. Michael Root, USA (2009)

Rev. Prof. Dr. Hiroshi Augustine Suzuki, Japão

Rev. Prof. Dr. Ronald F. Thiemann, USA (2010)

Consultor

Rev. Prof. Dr. Theodor Dieter, Institute for Ecumenical Research, Strasbourg

Pessoal

(FML) Prof^a Dr^a Kathryn L. Johnson, Secretária Adjunta

Católicos

Bispo Prof. Dr. Gerhard Ludwig Müller (Co-Presidente), Alemanha (2009–2012)

Bispo Prof. Dr. Kurt Koch, Suíça (2009)

Bispo Auxiliar Prof. Dr. Karlheinz Diez, Alemanha (2012–)

Rev. Prof. Dr. Michel Fédou, S. J., França

Rev. Prof. Dr. Angelo Maffeis, Itália

Prof. Dr. Thomas Söding, Alemanha

¹⁶⁶ PCUC e FLM. *Do Conflito à Comunhão: comemoração conjunta Católico-Luterana da Reforma em 2017*. São Leopoldo: Sinodal; Brasília: Edições CNBB, 2016. p. 95-96.

Prof. Dr. Christian D. Washburn, USA

Profª Drª Susan K. Wood, SCL, USA

Consultores

Prof. Drª Eva-Maria Faber, Suíça

Prof. Dr. Wolfgang Thönissen, Alemanha

Pessoal

(PCUC) Mons. Dr. Matthias Türk, Co-Secretário

ANEXO II

ÓRGÃOS ECUMÊNICOS LATINO-AMERICANOS

1-CLAI

O CLAI é fruto da Assembleia constitutiva que ocorreu em 11 a 18 de novembro de 1982, em Lima-Peru. O conselho tem como objetivo principal de ser “uma organização de Igrejas e entidades ecumênicas da América Latina e do Caribe cuja finalidade é promover a unidade entre o povo cristão do continente, preservando a identidade de cada cristão”.¹⁶⁷

As secretarias se dividem em: “México e Mesoamérica (Manágua e Nicarágua); Caribe e Grã-Colômbia (Barranquilha e Colômbia); Andina (Santiago e Chile); Rio da Prata (Buenos Aires e Argentina); e Brasil”.¹⁶⁸

Por meios de programas e serviços em diferentes níveis, os objetivos do CLAI são alcançados, promovendo a unidade das Igrejas e serviço social à sociedade brasileira. No Brasil o CLAI age com os povos marginalizados e oprimidos em prol da dignidade por meio de uma participação ativa na sociedade. Os objetivos são:

Promoção da unidade do povo de Deus na América Latina; aprofundamento da unidade já existente em Cristo, sendo que as diferenças confessionais são percebidas como enriquecimento; Ligação de identidade e compromisso na realidade Latino-americana; promoção da evangelização e promoção da reflexão e do diálogo teológicos.¹⁶⁹

O CLAI não tem autoridade sobre suas Igrejas e Organismos membros para determinar questões de governo, doutrina, prática ou culto. Entretanto, o CLAI é o foro para que essas Igrejas e Organismos falem e se interpelem mutuamente no desejo de serem mais fiéis ao mandato evangélico.

¹⁶⁷ CLAI. *Quem somos*. Disponível em: <www.claibrasil.org.br/quem-somos> Acesso em: 12 maio 2018.

¹⁶⁸ CLAI, 2018, s/p.

¹⁶⁹ CASAGRANDE, Wellington. *Hospitalidade Hermenêutica: entre a fragilidade e o compromisso, um caminho para o diálogo inter-religioso*; orientador: Flávio Schmitt – São Leopoldo: EST/PPG, 2018. p. 34.

Age através dos seguintes programas e serviços: Unidade Missão e Ecumenismo; Rede de Liturgia; Pastoral de Juventude; Pastoral Indígena e de Negritude; Pastoral de Mulheres e Justiça de Gênero; Fé, Economia e Sociedade.

A Secretaria Regional para o Brasil está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.¹⁷⁰

2- CONIC

O CONIC nasceu no ano de 1982, em Porto Alegre (RS). Sua criação é fruto de um longo processo de articulação entre as igrejas Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista. As primeiras conversas para a criação do Conselho ocorreram em 1975. Foram realizadas 13 reuniões entre as presidências nacionais das igrejas acima citadas para, em 1982, definir-se pela criação.

A mensagem final da Assembleia que deu origem ao Conselho apresentou a MISSÃO de “colocar-se a serviço da unidade das igrejas, empenhando-se em acompanhar a realidade brasileira, confrontado-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus”.¹⁷¹

Entre os frutos do CONIC, estão a Campanhas da Fraternidades Ecumênicas e a Semana de Oração pela Unidade dos cristãos.

As Igrejas-membros são: ICAR; Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Igreja Presbiteriana Unida e Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia. Neste ano (2018), tornou-se membro do CONIC a Aliança dos Batistas do Brasil.

Este Conselho em sua trajetória publicou alguns Documentos ecumênicos, dentre os quais estão: Igrejas e Ministério; Hospitalidade Eucarística; bênção Matrimonial Interconfessional.

O CONIC, além das Igrejas-membro, tem membros fraternos, citarei alguns: Coordenadoria Ecumênica de Serviço; Koinonia Presença Ecumênica e Serviço; Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular; Centro de Estudos Bíblicos.¹⁷²

¹⁷⁰ CLAI, 2018, s/p.

¹⁷¹ CONIC. *Apresentação*. Disponível em: <www.conic.org.br/portal/apresentacao>. Acesso em: 23 maio 2018.

¹⁷² CONIC, 2018, s/p.

3- Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

A CESE surgiu em tempos difíceis, épocas de violações dos direitos humanos e da democracia no Brasil. Após a ditadura militar, em 13 de junho de 1973, surgiu a CESE apoiada pelo CMI.

A CESE abraça os seguintes princípios éticos: Justiça; Democracia; Transparência religiosa; na gestão de recursos; Participação popular na gestão pública; Equidade, sem discriminação. Desenvolvimento humano e socialmente e espiritualmente justo e ambientalmente sustentável, respeito à diversidade religiosa.¹⁷³ A ecumenicidade da CESE vincula-se a prática conjunta de igrejas na promoção da ética, da justiça a respeito das diferenças, por fim a teoria deve submeter-se à prática.¹⁷⁴ Estes são, entre muitos, órgãos importantes no Brasil e na América Latina.

¹⁷³ CESE. *Quem é a Cese*. Disponível em: <www.cese.org.br/quem-e-a-cese/a-cese/>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

¹⁷⁴CASAGRANDE, 2018, p. 31.

ANEXO III

PEREGRINAÇÃO ECUMÊNICA DO PAPA FRANCISCO A GENEVRA POR OCASIÃO DO 70º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS

*Centro Ecumênico - Visser't Hooft Hall
Quinta-feira, 21 de junho de 2018*

*Amados irmãos e irmãs!*¹⁷⁵

Estou feliz por vos encontrar e grato pela vossa calorosa recepção. Agradeço de modo particular ao Secretário-Geral, Reverendo Dr. Olav Fykse Tveit, e à Moderadora, Dra. Agnes Abuom, pelas suas palavras e por me terem convidado por ocasião do septuagésimo aniversário da criação do Conselho Mundial das Igrejas.

Biblicamente, o cômputo de setenta anos evoca a duração completa duma vida, sinal de bênção divina. Mas, setenta é também um número que traz à mente duas passagens famosas do Evangelho. Na primeira, o Senhor mandou perdoar-nos, não até sete vezes, mas «até setenta vezes sete» (*Mt 18, 22*). O número não pretende por certo indicar um limite quantitativo, mas abrir um horizonte qualitativo: não mede a justiça, mas alonga a medida para uma caridade desmesurada, capaz de perdoar sem limites. É esta caridade que nos permite, depois de séculos de contrastes, estar juntos como irmãos e irmãs reconciliados e agradecidos a Deus nosso Pai.

O fato de nos encontrarmos aqui deve-se também a quantos nos precederam no caminho, escolhendo a estrada do perdão e consumindo-se para responder à vontade do Senhor: que «todos sejam um só» (*Jo 17, 21*). Impelidos pelo desejo ardente de Jesus, não se deixaram manietar pelos nós complicados das controvérsias, mas encontraram a audácia de olhar mais além e acreditar na unidade,

¹⁷⁵w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180621_pellegrinaggio-ginevra.html, acesso em: 11\12\2018,

superando as barreiras das suspeitas e do medo. É verdade aquilo que afirmava um antigo pai na fé: «Se verdadeiramente o amor conseguir eliminar o medo e este se transformar em amor, então descobrir-se-á que o que salva é precisamente a unidade» (São Gregório de Nissa, *Homilia 15 sobre o Cântico dos Cânticos*). Somos os beneficiários da fé, da caridade e da esperança de muitos que tiveram, com a força desarmada do Evangelho, a coragem de inverter o sentido da história; aquela história que nos levava a desconfiar uns dos outros e a alhear-nos mutuamente, seguindo a espiral diabólica de incessantes fragmentações. Graças ao Espírito Santo, inspirador e guia do ecumenismo, o sentido mudou e ficou indelevelmente traçado um caminho novo e, ao mesmo tempo, antigo: o caminho da comunhão reconciliada, rumo à manifestação visível daquela fraternidade que já une os crentes.

Mas, o número setenta proporciona-nos um segundo motivo evangélico: lembra aqueles discípulos que Jesus, durante o ministério público, enviou em missão (cf. *Lc 10, 1*) e são objeto de celebração no Oriente cristão. O número destes discípulos alude ao número das nações conhecidas, elencadas nos primeiros capítulos da Sagrada Escritura (cf. *Gn 10*). Que sugestão nos deixa isto? Que a missão tem em vista todos os povos, e cada discípulo, para ser tal, deve tornar-se apóstolo, missionário. O Conselho Ecumênico das Igrejas nasceu como instrumento do movimento ecumênico que foi suscitado por um forte apelo à missão: como podem os cristãos evangelizar, se estão divididos entre si? Esta premente interpelação orienta ainda o nosso caminho e traduz o pedido do Senhor para permanecermos unidos a fim de que «o mundo creia» (*Jo 17, 21*).

Permiti-me, amados irmãos e irmãs, que, além de viva gratidão pelo empenho que dedicais à unidade, vos manifeste também uma preocupação. Esta deriva da impressão de que o ecumenismo e a missão já não aparecem tão intimamente interligados como no princípio. E, todavia, o mandato missionário, que é mais do que a *diakonia* e a promoção do desenvolvimento humano, não pode ser esquecido nem anulado. Em causa está a nossa identidade. O anúncio do Evangelho até aos últimos confins da terra é conatural ao nosso ser de cristãos. Com certeza, a maneira de exercer a missão varia segundo os tempos e lugares e, perante a tentação – infelizmente habitual – de se impor seguindo lógicas mundanas, é preciso lembrar-se de que a Igreja de Cristo cresce por atração.

Mas, em que consiste esta força de atração? Não está por certo nas nossas ideias, estratégias ou programas: não se crê em Jesus Cristo através duma recolha de consensos, nem o Povo de Deus se pode reduzir ao nível duma organização não-governamental. Não! A força de atração está toda naquele dom sublime que conquistou o apóstolo Paulo: «Conhecer a [Cristo], na força da sua ressurreição e na comunhão com os seus sofrimentos» (*Flp* 3, 10). Este é o nosso único motivo de glória: «o conhecimento da glória de Deus, que resplandece na face de Cristo» (*2 Cor* 4, 6) e que nos foi dado pelo Espírito vivificador. Este é o tesouro que nós, frágeis vasos de barro (cf. *2 Cor* 4, 7), devemos oferecer a este nosso amado e atribulado mundo. Não seríamos fiéis à missão que nos foi confiada, se reduzíssemos este tesouro ao valor dum humanismo puramente imanente, ao sabor das modas do momento. E seríamos maus guardiões, se quiséssemos apenas preservá-lo, enterrando-o com medo de sermos provocados pelos desafios do mundo (cf. *Mt* 25, 25).

Aquilo de que temos verdadeiramente necessidade é dum *novo ímpeto evangelizador*. Somos chamados a ser um povo que vive e partilha a alegria do Evangelho, que louva ao Senhor e serve os irmãos, com o espírito que deseja ardentemente descerrar horizontes de bondade e beleza inauditos a quem ainda não teve a graça de conhecer verdadeiramente a Jesus. Estou convencido que, se aumentar o impulso missionário, crescerá também a unidade entre nós. Como nos primórdios o anúncio marcou a primavera da Igreja, assim a evangelização marcará o florescimento duma nova primavera ecumênica. Como nos primórdios, estreitemo-nos em comunhão ao redor do Mestre, envergonhando-nos das nossas contínuas hesitações e dizendo-Lhe com Pedro: «A quem iremos nós, Senhor? Tu tens palavras de vida eterna» (*Jo* 6, 68).

Amados irmãos e irmãs, desejei participar pessoalmente nas comemorações deste aniversário do Conselho inclusive para reafirmar o empenhamento da Igreja Católica na causa ecumênica e encorajar a cooperação com as Igrejas-membros e com os parceiros ecumênicos. A propósito, quero deter-me um pouco, também eu, no lema escolhido para este dia: *Caminhar - Rezar - Trabalhar juntos*.

Caminhar sim, mas para onde? Na base do que ficou dito, sugeriria um movimento duplo: de entrada e de saída. *De entrada*, a fim de nos dirigirmos

constantemente para o centro, reconhecendo-nos ramos enxertados na única videira que é Jesus (cf. *Jo* 15, 1-8). Não daremos fruto sem nos ajudarmos mutuamente a permanecer unidos a Ele. *De saída*, rumo às múltiplas periferias existenciais de hoje, para levarmos juntos a graça sanadora do Evangelho à humanidade atribulada. Poderíamos interrogar-nos se estamos a caminhar de verdade ou apenas em palavras, se apresentamos os irmãos ao Senhor e os temos verdadeiramente a peito, ou se estão longe dos nossos reais interesses. Poderíamos interrogar-nos também se o nosso caminho é um mero cirandar sobre os nossos passos, ou uma convicta saída pelo mundo levando-lhe o Senhor.

Rezar: como no caminho, também na oração não podemos avançar sozinhos, porque a graça de Deus, mais do que retalhar-se à medida do indivíduo, difunde-se harmoniosamente entre os crentes que se amam. Quando dizemos «Pai nosso», ressoa dentro de nós a nossa filiação, mas também o nosso ser de irmãos. A oração é o oxigénio do ecumenismo. Sem oração, a comunhão asfixia e não avança, porque impedimos que o vento do Espírito a empurre para diante. Interroguemo-nos: Quanto rezamos uns pelos outros? O Senhor rezou para sermos um só; imitamo-Lo nisto?

Trabalhar juntos: a propósito, quero reiterar que a Igreja Católica reconhece a importância particular do trabalho realizado pela Comissão Fé e Constituição e deseja continuar a contribuir para ele através da participação de teólogos altamente qualificados. A pesquisa de Fé e Constituição em ordem a uma visão comum da Igreja e o seu trabalho no discernimento das questões morais e éticas tocam pontos nevrálgicos do desafio ecumênico. De igual modo a presença ativa na Comissão para a Missão e a Evangelização, a colaboração com o Departamento para o Diálogo Inter-religioso e a Cooperação – ainda recentemente sobre o tema importante da educação para a paz –, a preparação conjunta dos textos para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e várias outras formas de sinergia são elementos constitutivos duma sólida e corroborada colaboração. Além disso, aprecio o papel imprescindível do Instituto Ecuménico de Bossey na formação ecuménica das jovens gerações de responsáveis pastorais e académicos de muitas Igrejas e Confissões Cristãs de todo o mundo. Há muitos anos que a Igreja Católica colabora nesta obra educativa com a presença dum professor católico na Faculdade; e cada ano tenho a alegria de saudar o grupo de alunos que realiza a sua visita de estudo a Roma. Quero também

mencionar, como bom sinal de «harmonia ecuménica», a crescente adesão ao Dia de Oração pela Salvaguarda da Criação.

Além disso, o trabalho tipicamente eclesial tem um sinónimo bem definido: *diakonia*. É o caminho por onde podemos seguir o Mestre, que «não veio para ser servido, mas para servir» (Mc 10, 45). O serviço variado e intenso das Igrejas-membros do Conselho encontra uma expressão emblemática na *Peregrinação de Justiça e de Paz*. A credibilidade do Evangelho é testada pela maneira como os cristãos respondem ao clamor de quantos injustamente, nos diferentes cantos da terra, são vítimas do trágico aumento duma exclusão que, gerando pobreza, fomenta os conflitos. Os fracos são cada vez mais marginalizados, vendo-se sem pão, sem trabalho nem futuro, enquanto os ricos são sempre menos e sempre mais ricos. Sintamo-nos interpelados pelo pranto dos que sofrem e compadeçamo-nos, porque «o programa do cristão (...) é *um coração que vê*» (Bento XVI, Carta enc. *Deus caritas est*, 31). Vejamos o que é possível fazer concretamente, em vez de nos desencorajar pelo que não o é. Olhemos também para muitos dos nossos irmãos e irmãs que em várias partes do mundo, especialmente no Médio Oriente, sofrem porque são cristãos. Estejamos ao seu lado. E lembremo-nos de que o nosso caminho ecumênico é precedido e acompanhado por um ecumenismo já realizado, o ecumenismo do sangue, que nos exorta a avançar.

Encorajemo-nos a superar a tentação de absolutizar certos paradigmas culturais e de nos deixar absorver por interesses de parte. Ajudemos as pessoas de boa vontade a dar maior espaço a situações e vicissitudes que afetam grande parte da humanidade, mas ocupam um lugar demasiado marginal na grande informação. Não podemos desinteressar-nos, e devemos inquietar-nos quando alguns cristãos se mostram indiferentes face a quem passa necessidade. E mais triste ainda é a convicção de quantos consideram os seus benefícios como puros sinais de predileção divina, e não como apelo a servir responsabilmente a família humana e salvaguardar a criação. É sobre o amor ao próximo, a cada pessoa que nos está próxima, que nos interpelará o Senhor (cf. Mt 25, 31-46), o Bom Samaritano da humanidade (cf. Lc 10, 29-37). Perguntemo-nos então: que podemos fazer *juntos*? Se um serviço é possível, por que não projetá-lo e realizá-lo conjuntamente, começando a experimentar uma fraternidade mais intensa no exercício da caridade concreta?

Amados irmãos e irmãs, reitero-vos a minha cordial gratidão. Ajudemo-nos a caminhar, rezar e trabalhar juntos, para que, com a ajuda de Deus, progrida a unidade e o mundo acredite. Obrigado.

ANEXO IV

VISITA DE PAULO VI NO CENTRO DO CONSELHO ECUMÊNICO DAS IGREJAS¹⁷⁶

Genebra - terça-feira, 10 de junho de 1969

*Senhor Secretário Geral,
Caros Irmãos em Cristo*

Agradecemos suas palavras de boas-vindas e agradecemos a Deus por nos ter concedido uma visita de fraternidade cristã no centro do Concílio Ecumênico de Igrejas. O que, de fato, é o Concílio Ecumênico, se não um maravilhoso movimento de cristãos, de "filhos de Deus que foram dispersos" (*Jo, 11.52*) e que agora estão procurando uma recomposição na unidade? E qual é o significado de Nossa vinda aqui, no limiar de sua casa, se não aquela de uma alegre obediência ao impulso secreto que qualifica, através do preceito e misericórdia de Cristo, Nosso ministério e Nossa missão? Feliz encontro, na verdade, momento profético, aurora de um dia futuro e aguardado por séculos!

Eis, portanto, entre vós. Nosso nome é Peter. E a Escritura nos diz qual o significado que Cristo quis atribuir a esse nome, quais deveres Ele nos impôs: as responsabilidades do apóstolo e seus sucessores. Mas permita-nos lembrar também outros nomes que o Senhor quis dar a Pedro para significar outros carismas.

Pedro é um pescador de homens. Pedro é um pastor. Quanto a nós, estamos convencidos de que o Senhor nos concedeu, sem qualquer mérito de nossa parte, um ministério de comunhão. Certamente não nos isolar de você, ele nos deu esse carisma, ou para governar entre nós a compreensão, a cooperação, fraternidade e, finalmente, o restabelecimento, mas sim para deixar o preceito e o dom do amor, verdade e em humildade (cf. *Efésios 4:15, Jo, 13, 14*). E o nome que tomamos, o de Paulo, indica bastante a orientação que queríamos dar ao nosso ministério apostólico.

¹⁷⁶http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1969/june/documents/hf_p-vi_spe_19690610_consiglio-ecumenico-chiese.html

Você inseriu esta reunião da tarde na história das nossas relações: nós também vemos neste gesto um sinal manifesto de fraternidade cristã que existe entre todos os batizados e, portanto, entre as igrejas que fazem parte do Conselho Mundial e da Igreja Católica. A comunhão existente atualmente entre as Igrejas e as comunidades cristãs não é, infelizmente, imperfeita; mas, como todos nós acreditamos, é o Pai das misericórdias que, através do seu Espírito, nos guia e nos inspira. Ele guia todos os cristãos na busca da plenitude da unidade que Cristo deseja para a sua única Igreja, para que reflita melhor a união inefável do Pai e do Filho (Jo, 17, 21) e melhor cumprir sua missão neste mundo do qual Jesus é o Senhor: "para que o mundo creia" (ibid).

É este supremo desejo de Cristo, é a profunda necessidade de crer e redimir a humanidade, que mantém a nossa alma em constante tensão de humildade e tristeza pelas divisões que existem entre os discípulos de Cristo; desejo e esperança para o restabelecimento da unidade entre todos os cristãos; de oração e reflexão sobre o mistério da Igreja, comprometida, por si mesma e pelo mundo, a reverberar e testemunhar a revelação feita por Deus Pai, através do Filho e no Espírito Santo. Você compreende como essa tensão nos atinge, neste momento, um alto grau de emoção que, em vez de nos perturbar, torna nossa consciência mais lúcida do que nunca.

Você também lembrou a visita a este Centro em fevereiro de 1965, o amado cardeal Bea, e a criação de um grupo misto de trabalho. Desde a criação desta "equipe", seguimos sua atividade com interesse e desejamos dizer, sem hesitação, como apreciamos o desenvolvimento dessas relações entre a Igreja Católica e o Concílio Ecumênico, dois organismos certamente de natureza muito diferente, mas os cuja colaboração se mostrou frutífera.

Por acordo mútuo com o nosso Secretariado da Unidade, personalidades católicas competentes foram convidadas a participar de sua atividade em diferentes títulos. Reflexão teológica sobre a unidade da Igreja, a busca de uma melhor compreensão do significado do culto cristão, a formação profunda dos leigos, a consciência de nossas responsabilidades comuns e a coordenação de nossos esforços para o desenvolvimento social e econômico e para a paz entre as nações, aqui estão alguns exemplos dos campos nos quais essa colaboração começou a tomar forma. As possibilidades de uma visão cristã comum do fenômeno da não-

crença, das tensões entre gerações e das relações com as religiões não-cristãs têm sido bastante examinadas.

Essas relações atestam nosso desejo de ver as iniciativas atuais progredirem, na medida em que nossas chances de homens e recursos permitirem. Tal desenvolvimento pressupõe que, em nível local, o povo cristão esteja preparado para o diálogo e a colaboração ecumênica. É por isso que, na Igreja Católica, a promoção do esforço ecumênico foi confiada ao cuidado diligente e sábia direção dos Bispos (cf. *De Oecumenismom*, n. 4), em conformidade com as normas estabelecidas pelo Concílio Vaticano II e estabelecidas no Diretório Ecumênico?

Naturalmente, nossa primeira preocupação é mais a qualidade dessa cooperação multifacetada do que a simples multiplicação de atividades. "O verdadeiro ecumenismo não é sem conversão interior - diz o decreto conciliar. - Como o desejo de unidade nasce e amadurece pela renovação da mente (cf. *Ef* 4, 23), abnegação e exercício pleno da caridade "(*De Oecumenismom*. 7). A fidelidade a Cristo e à sua palavra, a humildade antes da ação do seu Espírito em nós, o serviço de um e de todos, que de fato as virtudes que vai dar a nossa reflexão e nosso trabalho sua qualificação cristã. Só então a cooperação de todos os cristãos exprime vivamente o vínculo que já os une e colocar em relevo mais clara as características de Cristo Servo (cfr. *Ibid.*, N. 12).

Por causa dessa crescente cooperação em tantos campos de interesse comum, o problema às vezes surge: a Igreja Católica deve se tornar membro do Concílio Ecumênico? O que poderíamos, neste momento, responder a esse problema? Em toda franqueza fraterna, não acreditamos que a questão da participação da Igreja Católica no Concílio Ecumênico seja tão madura que possamos ou devamos dar uma resposta positiva. A questão ainda permanece no campo das hipóteses. Envolve implicações teológicas e pastorais graves; conseqüentemente, requer estudos aprofundados e compromete-se num caminho que a honestidade obriga a reconhecer que pode ser longo e difícil. Mas isso não nos impede de assegurar que olhamos para você com grande respeito e profunda afeição.

Sr. Secretário Geral! Oramos ao Senhor para nos fazer progredir em nossos esforços para realizar juntos nossa vocação comum para a glória do único Deus, Pai,

Filho e Espírito Santo. Vamos terminar com as palavras de Jesus para ser a nossa conclusão e nossa oração: "Que todos sejam um, como tu estás em mim, Pai, e eu em ti; que eles também são um em nós, que o mundo pode acreditar que você me enviou. É a glória que tu me deste, eu dei a eles, para que eles sejam um, como nós somos um: eu neles e você em mim; para que eles sejam perfeitos na unidade, e o mundo sabe que você me enviou, e você os amou, como você me amou... E lhes fiz conhecer o teu nome, e tornarei a torná-lo conhecido de novo, para que o amor com o qual me amaste, tanto neles como eu neles "(Jo 17, 21-23, 26).